

---

## **SOBRE FREGE**

Luiz Hebeche

### **Resumo:**

neste artigo trataremos de algumas passagens marcantes da obra de Frege principalmente no que diz respeito às sentenças diretas e indiretas. O artigo culmina explicitando o que o filósofo entende por “pensamento”. Com isso se poderá entender de onde partiu Wittgenstein para redigir o TLP e como posteriormente desmantelou essa posição nas Investigações Filosóficas.

### **Palavras-chave:**

Frege, Filosofia da linguagem, pensamento.

### ***Abstract:***

In this article we consider some relevant passages in Frege's works regarding direct and indirect sentences. The article culminates in the explanation of what the philosopher understands by "thought". Thus, it is possible to understand from where Wittgenstein started composing the TLP and how he demolishes this position later in the Philosophical Investigations.

### ***Keywords***

Frege, philosophy of language, thought.

Com Frege (1848 - 1925) opera-se uma grande mudança na lógica formal.<sup>1</sup> A sua obra marca uma diferença tão acentuada com a lógica anterior que se pode mesmo falar de um novo começo. Isto quer dizer que para se dominar o novo pensamento de Frege poder-se-ia dispensar a história que o antecede? Esse não é bem o nosso entendimento, pois apesar da novidade ainda persiste em Frege elementos da metafísica anterior ou contemporânea a ele. Veremos isso, mas para tal teremos neste ensaio de nos situar no que interessa, isto é, no que constitui o cerne da sua doutrina. A novidade de seu pensamento foi, durante a sua vida, reconhecida por poucos de seus contemporâneos. Alguns deles também marcariam a filosofia contemporânea. Husserl, Russell, Peano e Wittgenstein sofreram certamente a sua influência. Muito da sua glória veio bem depois da sua atividade acadêmica. Pouco antes de sua morte, Frege pediu a seu filho que guardasse e cuidasse da publicação dos seus escritos, pois antevia a época em que eles seriam realmente valorizados, isto é, ele estava ciente da importância da sua obra na história da lógica<sup>2</sup>. Muitos de seus escritos, porém, já haviam sido publicados, como a *Conceitografia*<sup>3</sup>, em 1879, *Os Fundamentos da Aritmética*, em 1884, *Função e Conceito*, 1891, *Sobre o sentido e a referência*, 1892, *Sobre conceito e objeto*, 1892, entre vários outros. Bem depois publicou a obra *Investigações Lógicas*, que continha os artigos: *O Pensamento* (1919), *A Negação* (1919) e *Compondo Pensamentos* (1923-1925). Mas só décadas mais tarde - nos anos 60 - apareceria a sua obra completa.

Antes de nos determos em alguns aspectos da filosofia de Frege podemos antecipar esquematicamente que sua ontologia se ancora em três mundos. Como veremos, essa ontologia será mais tarde refutada por Heidegger e Wittgenstein, entre outros.

---

<sup>1</sup> Este artigo fez parte de um curso proferido na disciplina Filosofia da Linguagem, graduação em filosofia, UFSC

<sup>2</sup> "Não desprezes meus manuscritos. Embora nem tudo seja valioso, há neles, no entanto, coisas valiosas. Creio que chegará um dia em que certas coisas serão mais valorizadas do que hoje. Cuide que nada se extravie" (12/01/1925). Ver Paulo Alcoforado, *Frege - Lógica e Filosofia da Linguagem*, Ed. Cultrix/USP, 1978, p.61.

<sup>3</sup> Ver a introdução de Alcoforado, op. cit., p. 15

- a) Mundo objetivo (sensível) objetos/ eventos físicos<sup>4</sup>
- b) Mundo objetivo (não sensível) conceitos e propriedades<sup>5</sup>
- c) Mundo subjetivo representações ou estados mentais<sup>6</sup>.

Trataremos aqui de alguns ensaios nos quais Frege delinea sua doutrina. Neles constantemente reincide a sua ontologia dos três mundos. Por isso, eles expressam muito bem o pensamento deste "filósofo da lógica"<sup>7</sup> com seus avanços e, como veremos, com seus limites.

### **Sobre o sentido e a referência (*Über Sinn und Bedeutung*)**

A noção fregeana de referência já aparece na tematização das noções de igualdade e de identidade. As dificuldades que se encontram nessas palavras "desafiam a reflexão". Frege logo deixa claro o modo como usa a palavra igualdade, e que ela tem o sentido de identidade, isto é, que se entende " $a = b$ " do mesmo modo que " $a$  é o mesmo que  $b$ " ou que " $a$  e  $b$  coincidem". Mas  $a$  e  $b$  são uma relação? E, se for mesmo uma relação, é uma relação entre objetos ou entre nomes ou sinais de objetos? A resposta de Frege é decisiva: a relação está entre os nomes dos objetos. A razão para isso já se encontra na posição de Kant sobre os juízos analíticos, ou seja,  $a = a$  e  $a = b$  são sentenças de valor cognitivo distinto. A sentença  $a = a$  é analítica e é estabelecida *a priori*, mas a sentença  $a = b$  é de uma outra ordem, pois diz respeito ao conhecimento humano que se expande numa grande diversidade. Ela não é o tipo de sentença evidente a partir de si mesma. Por exemplo, a descoberta de um novo planeta num outro

---

<sup>4</sup> "A referência de uma sentença é seu valor de verdade" (Frege, 1978, p.70)

<sup>5</sup> "A relação lógica fundamental é a de cair um objeto sob um conceito; a ela podem-se reduzir todas as relações entre conceitos" (ibid, p.107). Essa sentença, aliás, não diz respeito nem ao mundo dos objetos sensíveis, nem ao das representações ou atitudes mentais. Ver os números inteiros, o teorema de Pitágoras, os axiomas das geometrias euclidiana, riemeniana e lobatchiewiskiana. Mas pode-se acrescentar o conjunto de todas as sentenças verdadeiras como " $2 \times 2 = 4$ ", "Frege era alemão", "Wittgenstein morreu em 1951", "Picasso é espanhol", etc. A esfera das proposições verdadeiras, como veremos, constitui o platonismo de Frege.

<sup>6</sup> "A representação é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de outro". (Frege, 1978, p. 65)

<sup>7</sup> Para Michael Dummett, Frege é o fundador tanto da lógica como da filosofia da linguagem modernas. Dummett toma essa posição mesmo reconhecendo que "Frege muitas vezes expressou menosprezo pela linguagem, pois, para ele, linguagem era considerada como "linguagem natural", e a linguagem natural é sempre demasiado precária para expressar o pensamento. Apesar disso, "a intuição inicial de Frege foi que as sentenças desempenham um papel fundamental na teoria do significado. Uma sentença é o menor complexo linguístico que podemos utilizar para dizer algo: o significado de uma palavra tem de oferecer-se em termos da contribuição que faz para determinar aquilo que pode dizer-se por meio da sentença que a inclui". Ver: La verdad y otros enigmas, Fondo de Cultura Económica, México, 1990, p.190 ss.

sistema solar, ou de uma nova partícula atômica, ou de um novo vírus da gripe não são conhecimentos tão claros como o de que  $a = a$ . Ou seja, Frege mostra a dificuldade de equiparar  $a = a$  e  $a = b$ , de equiparar coisas distintas a que é expressa pelo sinal "a" e a que é expressa pelo sinal "b". Há aparentemente aqui um impasse, pois

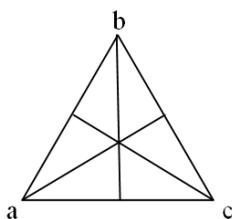
...se quiséssemos considerar a igualdade como uma relação entre aquilo a que os nomes "a" e "b" se referem, pareceria que  $a = b$  não poderia diferir de  $a = a$ , desde que  $a = b$  seja verdadeira. Desse modo, expressaríamos a relação de uma coisa consigo mesma, mas que nunca se dá entre coisas distintas. Por outro lado, parece que os sinais "a" e "b" referem-se à mesma coisa, e neste caso, a discussão versaria sobre estes sinais; uma relação entre eles seria asserida<sup>8</sup>.

Postos nesses termos, ambos sinais ou nomes<sup>9</sup> teriam uma relação entre si apenas na medida em que denominassem alguma coisa. Sem que essa mesma coisa fosse designada por "a" e "b", não haveria relação de igualdade entre os nomes. A relação entre a e b dependeria então da conexão de cada nome com a coisa nomeada por ele. E para Frege a conexão entre nome e objeto é arbitrária. Isto é, ao invés de "a" e "b", pode-se empregar qualquer outro sinal ou nome para designar o objeto. Mas isso acarreta a dificuldade de que então a sentença  $a = b$  não mais se referiria a uma coisa e ficaria restrita ao modo com que nomeamos, ou seja, "não expressaríamos, por seu intermédio, nenhum conhecimento". Ora, vimos que  $a = b$  seria a expressão de um conhecimento, e esse conhecimento é o que realmente interessa. O erro aqui ao tornar  $a = b$  é apenas colocado nos termos do modo como nomeamos algo, pois então se  $a = b$  for verdadeira, então o valor cognitivo de  $a = a$  seria essencialmente igual ao de  $a = b$ . Para afastar esse tipo de dificuldade é que Frege introduz a diferença entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*). Nas suas palavras, a diferença entre as duas sentenças só será possível quando se introduz uma "diferença no modo de apresentação daquilo que é designado". Para isso recorre a um exemplo tirado da geometria. É o caso da interseção em um ponto das linhas que partindo dos vértices de um triângulo chegam ao ponto médio dos lados opostos, como na figura:

---

<sup>8</sup> Frege, 1978, p. 61.

<sup>9</sup> "... nesse contexto por "sinal" ou por "nome", entendo qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado, mas não um conceito ou uma relação, que serão discutidos em outro artigo (ver *Sobre o conceito e o objeto*). A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais. Para sermos breves chamaremos cada uma destas designações de nome próprio". (Frege, 1978, p.62).



O ponto de interseção de a e b é mesmo de b e c. E isso quer dizer que para diferenciá-los temos de usar diferentes designações para o mesmo ponto comum. E esses nomes: "ponto de interseção de a e b" e "ponto de interseção de b e c" indicam que cada sentença porta um conhecimento real. Frege afirma que isso só é possível por que há uma diferença nos modos de apresentação do objeto. E ainda afirma que o sentido é o modo de apresentação. E acrescenta:

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. Consequentemente, segundo nosso exemplo, a referência das expressões "o ponto de interseção de a e b" e "o ponto de interseção b e c" seria a mesma, mas não os seus sentidos. A referência de "Estrela da tarde" e "Estrela da manhã" seria a mesma, mas não o seu sentido<sup>10</sup>.

As sentenças declarativas "A Estrela da Manhã" e "A Estrela da Tarde" têm sentidos diferentes, mas a mesma referência.

O que vem a ser então o sentido (*Sinn*)? A resposta a essa pergunta continuará sendo dada a partir da distinção entre sentido e referência, isto é, que um sinal com sentido nem sempre tem referência. E mais: que se pode compreender o sentido de uma expressão linguística, mas isso não garante a referência. Há, portanto, uma autonomia do sentido. Isso faz com que nunca possamos ter acesso direto à referência sem nos envolvermos com a diversidade do sentido. Ou seja, o conhecimento da referência nunca é direto e completo. Frege dá um exemplo de que a elucidação da referência "sempre é parcial", pois para que houvesse um conhecimento completo da referência teríamos de ser capazes de dizer, imediatamente, que um dado sentido pertence ou não a essa referência. E, segundo Frege<sup>11</sup>, "isso nunca conseguiremos"<sup>12</sup>. Mas, apesar dessa advertência, Frege, quando privilegia a sentença predicativa, trata a referência como se fosse um dado perceptivo imediato.

---

<sup>10</sup> Frege, 1978, p.62.

<sup>11</sup> Frege, 1978, p.63.

<sup>12</sup> Para resolver essa dificuldade, B. Russell concebeu a noção de "particulares egocêntricos", como quando diante de uma cadeira se diz "Isto é uma cadeira", ou melhor, assim que se percebe o objeto cadeira se aponta para ele e se diz "Isto". Ver Luiz Hebeche, *Wittgenstein e os nomes próprios*, in *Veritas*, Porto Alegre, v. 49, nº 193, 2004, p. 93-123.

O sentido de um nome próprio pode ser de domínio público à medida que já se compreende a complexidade das designações em que ele está envolvido, mas é isso que não permite uma elucidação total da referência, ou seja, a elucidação da referência é sempre parcial. Essa diversidade do sentido se encontra, por exemplo, num nome próprio genuíno "Aristóteles". A compreensão desse nome depende do contexto. Ele pode significar o milionário ou o filósofo grego. No primeiro caso seu sentido pode ser: "o que casou com Jacqueline Kennedy" ou "o armador grego". No segundo caso, pode-se considerar como seu sentido como: "o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre o Grande". O sentido será diferente do que simplesmente dizer "Aristóteles nasceu em Estagira". Nos dois exemplos a referência permanece a mesma, apesar das variações de sentido. Para Frege, essas "variações de sentido" podem ser toleradas desde que a referência permaneça a mesma. Frege também destaca que ao sentido nem sempre corresponde uma referência. Exemplos disso pode ser a expressão "o corpo celeste mais distante da terra" tem sentido, mas dificilmente tem uma referência. Ou o "universo é infinito", etc.

A diversidade de sentido faz parte das linguagens naturais. Ou seja, nessas linguagens dificilmente há uma conexão imediata entre um sinal e a sua referência. Por isso Frege propõe a substituição das flutuações de sentido das linguagens naturais por uma "linguagem perfeita". Linguagem perfeita quer dizer: uma linguagem em que cada nome corresponda o mais prontamente possível a uma referência. Uma linguagem que o próprio Frege reconhece que "nunca conseguiremos". Ele almeja, porém, assegurar uma linguagem que expresse efetivamente as coisas a que se refere, mas essa obviamente não pode ser uma linguagem natural. E Frege afirma:

Certamente deveria corresponder, a cada expressão, que pertença a uma totalidade perfeita de sinais, um sentido determinado; mas, frequentemente, as linguagens naturais não satisfazem a esta exigência e deve-se ficar satisfeito se a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido num mesmo contexto. Talvez possa ser assegurado que uma expressão gramaticalmente bem construída, e que desempenhe o papel de um nome próprio, sempre tenha um sentido<sup>13</sup>.

Para uma melhor compreensão do modo de conexão entre sinais, sentido e referência tem-se de fazer uma importante distinção como quando se trata de sinais e suas respectivas referências e quando se trata de sinais que tratam de sinais, ou seja, entre o discurso direto e o discurso indireto. No modo ordinário de falar o que se pretende é tratar da referência. Mas

---

<sup>13</sup> Frege, 1978, p.63

também ocorre que se queira falar do sentido e mesmo das próprias palavras. Ou seja, nesses casos não simplesmente se aponta para as coisas, mas se trata discursivamente das palavras ou dos sinais. "Discurso" quer dizer que se lida aqui com palavras ou sentenças. Palavras que tratam do sentido, isto é, das outras palavras e não das suas referências usuais. São sinais de sinais. Frege faz então uma importante distinção entre o discurso direto e o discurso indireto. No primeiro caso, as palavras de outrem são citadas em discurso direto, ou seja, "as palavras de quem cita referem-se, imediatamente, às palavras de quem é citado, e somente essas últimas têm sua referência usual". Nesse caso, colocam-se as palavras citadas entre aspas. Quando as palavras estão entre aspas não têm sua referência usual. Elas são sinais que dizem respeito a outros sinais.

No caso do discurso indireto tem-se algo semelhante, mas fala-se do sentido das palavras de alguém. Assim, por exemplo, quando se quer falar do sentido da uma expressão "A", pode-se simplesmente então dizer "o sentido da expressão 'A'". Está-se colocando em destaque não a referência das palavras de outrem, mas apenas o seu sentido: "também nesse discurso as palavras não têm suas referências costumeiras, mas referem-se ao que é habitualmente seu sentido". Segundo Frege:

no discurso indireto as palavras são usadas **indiretamente**, ou têm sua referência **indireta**. Em conseqüência, distinguimos a referência **costumeira** de uma palavra de sua referência **indireta**, e o seu sentido **costumeiro** de seu sentido **indireto**. A referência indireta de uma palavra é, pois, seu sentido costumeiro<sup>14</sup>.

Quando uma palavra se refere à outra tem-se uma referência indireta, essa referência é, aliás, o seu sentido costumeiro, visto que o "objeto" aqui é o seu sentido. Mas o que é a referência costumeira senão as habituais designações das coisas na vaga prosa ordinária? Isto é, "cadeira", "mesa", "copo", "rua", etc. Logo adiante voltaremos ao tema do discurso direto e indireto no contexto das sentenças. Vejamos antes uma das esferas da ontologia fregeana que trata dos conteúdos internos.

---

<sup>14</sup> Frege, 1978, p. 64

## As representações mentais

O problema da diversidade de sentido das linguagens naturais é ampliado à medida que o sinal não depende apenas da referência e do sentido costumeiro. Para Frege, os sinais estão também associados às representações mentais. Seu objetivo, porém, é evitar que a representação mental evocada pelas palavras no ouvinte seja confundida com seu sentido ou com a sua referência. A representação difere essencialmente do sentido de um sinal. Um sinal, uma palavra, pode ser propriedade comum de muitos e, desse modo, não diz respeito apenas à mente de cada um. No entanto, aqui se introduz uma dificuldade adicional, pois como se poderia ter acesso à diversidade de representações que cada mente possui? Nesse mundo interno as imagens são vacilantes e estão tão saturadas de emoções que aí nunca se tem clareza. Esse é o exemplo típico de linguagem privada que Wittgenstein irá refutar. Por ora, vejamos essa posição fregeana oriunda da filosofia da consciência que é fundada, por sua vez, no modelo objeto-designação. Frege reconhece que se não houvesse certa afinidade entre as representações a arte seria impossível; no entanto, para ele nós nunca saberemos se, por exemplo, as nossas representações de um poema correspondem às intenções do poeta. Não podemos saber o que se passa na mente do poeta. O comprometimento desse âmbito das representações com a linguagem privada é tão marcante que merece ser colocada em destaque:

se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei.

Até num mesmo homem, nem sempre a mesma representação está associada ao mesmo sentido. A representação é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de outro. Daí surge uma variedade de diferenças nas representações associadas ao mesmo sentido. Um pintor, um cavaleiro, e um zoólogo provavelmente associarão representações muito diferentes ao nome "Bucephalus".

Vários indivíduos podem aprender um mesmo sentido, mas eles não podem ter a mesma representação. **Si duo idem faciunt, non est idem.** Quando dois homens representam a mesma coisa, ainda assim cada um tem sua própria representação. De fato, às vezes é possível estabelecer diferenças entre as representações, ou mesmo as sensações de homens diferentes; mas uma comparação precisa não é possível, porque não podemos ter ambas as representações juntas na mesma consciência.

A representação mental, portanto, não tem a garantia da referência costumeira. Ela tampouco tem algo comum a muitos que se expressa no sentido. No entanto, há algo no sentido que o assemelha à representação; isto é, o sentido não é a referência. Por isso, diz Frege:

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra (referência e representação) está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas também não é o próprio objeto.<sup>15</sup>

Tem-se aí então o esboço de três mundos ontologicamente distintos: o mundo objetivo sensível, o mundo subjetivo das representações e o mundo objetivo não sensível dos conceitos.

A característica do sentido de não ser nem representação e nem referência é crucial na concepção fregeana das sentenças. E uma dificuldade, porém, persistirá, isto é, a dificuldade de elucidar qual é mesmo o âmbito do sentido. Em Frege ele é indispensável, mas sua elucidação nunca é suficientemente esclarecedora. Poder-se-ia dizer que ele situa-se num mundo intermediário que não é tão subjetivo que possa se tornar uma representação, mas tampouco é tão objetivo que possa ser um objeto. Não se parece ele ao pensamento? Isto é, parece objetivo, mas é subjetivo, ou ainda aparece objetivo, mas tem também aspectos subjetivos. Isso indica que para a elucidação do sentido ter-se-á de recorrer ao pensamento, e vice-versa. E esse é o passo seguinte de Frege.

Aqui tem-se a transição fregeana dos resquícios mentalistas para o cenário mais consistente da filosofia da linguagem. Chamamos esse momento de “transição” embora essa expressão se aplique a toda a sua doutrina. Os resquícios mentalistas persistirão em toda a ontologia fregeana.

O relevante aqui, porém, é a consideração do sentido e da referência das palavras ou sinais (nomes próprios), se passa à consideração do sentido e da referência numa sentença assertiva completa. E Frege introduz então uma definição do que entende por "pensamento". Ele afirma: “Uma sentença assertiva completa contém um pensamento”. E ainda acrescenta numa nota: “Entendo por pensamento, não o ato subjetivo de pensar, mas seu conteúdo objetivo, que pode ser uma propriedade comum de muitos.”<sup>16</sup>

Mas aqui surge o problema, pois se o pensamento não é subjetivo, então ele diz respeito ao sentido ou a referência de uma sentença completa. Suponhamos que a sentença tenha uma referência; se substituirmos uma palavra na sentença por outra que tenha a mesma referência, mas sentido diferente, isso certamente não alterará a referência dessa sentença. Mas, segundo Frege, o pensamento foi alterado. Uma melhor explicação do pensamento se encontra no

---

<sup>15</sup> Frege, 1978, p.64 a 66

<sup>16</sup> Frege, *ibid.*, p.67

exemplo. O pensamento da sentença "a Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo sol" é diferente do da sentença "a Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo sol". Se alguém não soubesse que essas "estrelas" são o mesmo astro poderia concluir que um desses pensamentos é verdadeiro e, conseqüentemente, que o outro é falso. Nesse caso, o pensamento está vinculado ao sentido da sentença. A pergunta, porém, continua: e a referência? Há sentenças que tem apenas sentido, mas nenhuma referência. Sentenças com nomes próprios, mas sem referência. É o caso da sentença: "Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca". O nome próprio "Ulisses" dificilmente terá uma referência. Se alguém pretender buscar uma referência a ele terá de concluir que a sentença é falsa, pois é da referência do nome próprio "Ulisses" que o predicado é afirmado ou negado. Ora, se o nome tem sentido e não referência, então a sentença toda, inclusive o predicado não tem referência: "Todo aquele que não admite que o nome tenha uma referência não lhe pode atribuir nem negar um predicado". A sentença, entretanto, tem sentido. E, pelo que se viu, tem um pensamento. Aqui a noção de "pensamento" nos leva a mais uma dificuldade. O pensamento vincula-se ao sentido, mas falta a referência. Nessa altura, Frege chega a dizer: "a consideração pela referência do nome se torna supérflua; poder-se-ia contentar-se com o sentido, se não se quisesse ir além do pensamento". Nesse caso, se o nome "Ulisses" tem ou não referência, isso não altera o pensamento. Mesmo assim nos preocupamos sempre em saber se um nome tem referência. Nos preocupamos em saber se um pensamento tem respaldo, nas pessoas, nas coisas ou nos fatos. E se, muitas vezes, queremos saber se um nome próprio tem referência é porque queremos saber se a sentença toda também tem referência. Essa ânsia de verdade é que nos faz abandonar o encanto estético do poema épico por uma atitude de investigação científica. Reconhecemos o poema como uma obra de arte e não há então maiores problemas com a referência, nos basta aí o sentido; mas, para Frege, o encantamento estético cede lugar para o anseio de verdade. "É, pois, a busca da verdade, onde quer que esteja o que nos dirige do sentido para a referência<sup>17</sup>". Se o pensamento vincula-se apenas ao sentido, então ele se esvazia da verdade. Afirma ele:

---

<sup>17</sup> Essa posição de Frege que concebe as representações artísticas como subjetivas e carentes do rigor da verdade é um retrocesso em relação à *Crítica do Juízo* onde Kant introduz a noção de *sensus communis* e coloca os juízos teóricos e os juízos práticos como que dependentes do fundo móvel dos juízos reflexivos estéticos. Com isso, Kant dá à obra de arte um sentido mais abrangente do que os juízos oriundos do conhecimento empírico. A posição de Kant ainda é subjetiva, no sentido que é ainda concebida no sistema das faculdades da mente. Em *Verdade e Método* Gadamer rompe com esse subjetivismo e coloca a compreensão da obra de arte como expressão de uma "verdade" que está para além da referência da proposição. Afinal, como se pode afirmar que *Romeu e Julieta*, ou *À Procura do Tempo Perdido* são compostas apenas de representações subjetivas? O fato

O pensamento perde valor para nós tão logo reconhecemos que a referência de uma de suas partes está faltando. Estamos assim justificados por não ficarmos satisfeitos com o sentido de uma sentença, sendo assim levados a perguntar também por sua referência. Mas por que queremos que cada nome próprio tenha, não apenas um sentido, mas também uma referência? Por que o pensamento não nos é suficiente? Por que estamos preocupados com seu valor de verdade.<sup>18</sup>

À referência de uma sentença Frege chama de "valor de verdade". O valor de verdade de uma sentença é a circunstância em que ela é verdadeira ou falsa. Aqui não há talvez. A sentença assertiva é bipolar. E mais: a sentença assertiva passa a ser considerada como um nome próprio. Se ele tiver uma referência, então é verdadeira, se não tiver, é falsa. Frege mesmo considera como um "devaneio arbitrário" ou "um mero jogo de palavras inconsequente" designar valores de verdade como objetos. Aqui ele remete a um outro artigo que trataremos depois onde diz:

A relação lógica fundamental é a de cair um objeto sob um conceito; a ela podem-se reduzir todas as relações entre conceitos.<sup>19</sup>

Ou seja, o objeto está vinculado ao conceito. Mas, por ora, temos de considerar que o pensamento fica vinculado ao sentido. Para dar conta da verdade, Frege então recorre ao "juízo". Ele dá duas definições de juízo;

Em todo o juízo - mesmo o mais evidente - o passo do plano dos pensamentos para o plano das referências (do objetivo) já foi dado.

E numa nota de pé de página:

Um juízo para mim não é a mera apreensão de um pensamento, mas o reconhecimento da sua verdade.<sup>20</sup>

A noção de juízo é importante, pois, como estamos vendo, Frege mantém a identidade entre pensamento e sentido. Mas a questão central agora é a de como alcançar a referência, como atender o anseio pela verdade. Esse é o papel do juízo. Mas, então, valor de verdade de

---

de, nas palavras de Frege, fazerem parte de um tesouro comum de pensamentos da humanidade mostra a amplitude e o alcance da sua "verdade". Esse é o mesmo movimento que levou Wittgenstein e Heidegger a liberar a gramática da lógica. Em Wittgenstein encontra-se a crítica à subjetivação privada das representações. Ver Luiz Hebeche, *O Mundo da Consciência - ensaio a partir da filosofia da psicologia de Wittgenstein*, Porto Alegre: EDIPUC, 2002.

<sup>18</sup> Frege, 1978, p. 67, 68

<sup>19</sup> Sobre conceito e objeto, 1978, p.107

<sup>20</sup> Frege, 1978, p.69

uma sentença é distinto do pensamento. Daí porque a sentença não pode ficar apenas na relação do sujeito com o predicado. É um erro, portanto, afastar-se da relação entre sentido e referência para ater-se na relação do pensamento com o verdadeiro em termos de sujeito e predicado. A relação sujeito - predicado, sem a referência, é uma relação do tipo  $a = a$ , isto é, ela nada acrescenta ao conhecimento. Frege recorre a um exemplo: "O pensamento de que 5 é um número primo é verdadeiro". Essa sentença, no entanto, nada acrescenta ao que é dito na sentença mais simples "5 é um número primo". Ora, essa sentença tem o mesmo pensamento da sentença mais complexa. Pode-se então entender que a relação do pensamento com o verdadeiro não pode ficar vinculada com a relação sujeito e predicado. Sujeito e predicado ficam no mesmo plano do pensamento, mas, desse modo, coincidem no que diz respeito ao conhecimento. No sentido lógico, sujeito e predicado são, portanto, constituintes do pensamento. Ou seja, fica-se aí apenas no plano do sentido e não se consegue alcançar a referência. Não se passa de um plano para o outro. Diz Frege:

Combinando-se sujeito e predicado, elabora-se um pensamento, porém nunca se passa de um sentido para a sua referência, de um pensamento para um valor de verdade... Um valor de verdade não pode ser parte de um pensamento, tal como não o pode ser o sol, posto que ele não é um sentido, mas um objeto.<sup>21</sup>

O objeto é a referência, ou melhor, a referência de uma sentença declarativa é o seu valor de verdade. O mundo dos objetos sensíveis é expresso pelo valor de verdade de uma sentença. O reconhecimento da verdade da sentença é função do juízo, visto que o pensamento confunde-se com o sentido. Um pensamento pode ter sentido embora careça de referência. Mas um juízo envolve sempre a ação de julgar, isto é, de dar conta da ânsia de verdade, como no esquema:

JUÍZO = {PENSAMENTO / SENTIDO → VALOR DE VERDADE / REFERÊNCIA}

O valor de verdade de uma sentença é ser ela verdadeira ou falsa, isto é, a sentença declarativa é bipolar. O valor de verdade é a referência, isto é, as sentenças verdadeiras têm a mesma referência, as falsas nenhuma. Dessa bipolaridade, porém, escapam as sutilezas e os detalhes, pois "o que é específico é desprezado". Como a referência de uma sentença declarativa é ser verdadeira ou falsa, não podemos nos contentar apenas com ela. Mas

---

<sup>21</sup> Frege, 1978, p. 70

tampouco, e isoladamente, o pensamento nos dá algum conhecimento. Daí porque temos de considerar a conjunção entre o pensamento e a sua referência. A sentença declarativa é então feita de pensamento *mais* valor de verdade. E aqui Frege dá mais um passo no esclarecimento da dificuldade envolvida na noção de juízo. Ele diz "os juízos podem ser encarados como a trajetória de um pensamento para seu valor de verdade", mas logo acrescenta que isso está ainda longe de ser uma definição, pois "o juízo é algo totalmente peculiar e incomparável". Essa "peculiaridade", porém, pode ser entendida porque logo a seguir Frege afirma que "os juízos são distinções de partes dentro dos valores de verdade". E como essa distinção não pode ser feita apenas recorrendo à referência, então só pode ser feita "por uma volta ao pensamento. A cada sentido que corresponde um valor de verdade deveria corresponder uma maneira particular de análise". Ou seja, para Frege as "distinções de partes" são distinções feitas de um modo especial.

De fato, transferei a relação entre todo e parte, de uma sentença para sua referência, ao denominar a referência de uma palavra de parte da referência de uma sentença, quando a própria palavra é parte da sentença.<sup>22</sup>

Frege mesmo reconhece aqui as dificuldades que se originam na concepção objetivista, pois agora a noção de valor de verdade de uma sentença declarativa está às voltas com a referência da palavra "parte", que é, aliás, empregada com outro sentido quando é aplicada aos corpos, e ainda porque, em se tratando da referência, diz Frege de modo nebuloso: "o todo e a parte não determinam a outra parte". A dificuldade está em aplicar conceitos aos objetos, quando da análise das partes (e o todo) da sentença se passa para as partes (e o todo) dos corpos. Lembremos que, na referência, o específico (parte) é desprezado<sup>23</sup>. Essas "particularidades" pertencem às linguagens imprecisas, pois "os matizes são irrelevantes para a lógica"<sup>24</sup>.

O valor de verdade de uma sentença permanece inalterado caso seja substituído uma expressão dela por outra que tenha a mesma referência. O passo seguinte é tratar do caso em que a expressão a ser substituída é ela própria uma sentença. Ora, esse é um caso semelhante ao da expressão-referência, pois se uma sentença que é parte de uma outra sentença for

---

<sup>22</sup> Frege, 1978, p. 70, 71

<sup>23</sup> "O quadro é verde". Nessa sentença não se trata de detalhes do objeto.

<sup>24</sup> Frege, 1978, p. 93, n.1.

substituída por uma outra sentença que tenha a mesma referência, então o valor de verdade da sentença principal continua o mesmo. Aqui também temos o mesmo caso dos discursos diretos e dos indiretos: "Uma sentença em discurso direto se refere a uma outra sentença, e em discurso indireto, a um pensamento". Isso precisa um melhor esclarecimento.

### **Sentenças subordinadas**

Uma sentença que faz parte de uma outra é uma sentença subordinada. Segundo Frege, do ponto de vista lógico as partes de uma sentença composta são sentenças independentes. Porém a dificuldade está em saber se é válido que as referências das sentenças subordinadas sejam valores de verdade. Esse obviamente não é o caso do discurso indireto, pois, nesse tipo de discurso, a referência de uma sentença é uma outra sentença, e isso não envolve o seu valor de verdade.

As sentenças subordinadas são de três tipos: substantivas, adjetivas e adverbiais. Mas essa divisão gramatical é problemática, pois poderia levar a considerar-se que a referência de uma sentença subordinada não fosse um valor de verdade, mas algo que diz respeito à referência de um substantivo, adjetivo ou advérbio, ou seja, algo em que a referência de uma parte da sentença cujo sentido não seja um pensamento, mas parte de um pensamento<sup>25</sup>. Para enfrentar essa dificuldade Frege não segue as normas comuns à gramática, mas procede "agrupando o que é logicamente da mesma espécie"<sup>26</sup>. Por exemplo, distinguindo as sentenças declarativas e simples como "Está chovendo" das sentenças mais complexas como "Creio que está chovendo".

Frege passa então a tratar os casos em que o sentido de uma sentença subordinada não é um pensamento independente, pois ela faz parte da sentença toda. Ou seja, de que a referência de uma sentença é o sentido e não o valor de verdade, ou seja, de que a referência é um pensamento. Esse é o caso das sentenças substantivas abstratas demarcadas pelo uso do "que".

---

<sup>25</sup> A sentença subordinada tem, habitualmente como sentido não um pensamento, mas apenas uma parte de pensamento, e, conseqüentemente, nenhum de valor de verdade como referência. Ver Frege, 1978, p. 81

<sup>26</sup> Frege, 1978, p.72

É o que acontece depois de, por exemplo, "dizer", "ouvir", "pensar", "estar convencido", "inferir", etc<sup>27</sup>.

Como vimos, num discurso indireto as palavras têm a sua referência indireta, isto é, elas não se referem às coisas, mas apenas às próprias palavras. Portanto, essa referência indireta coincide com o que é costumeiramente seu sentido. A sentença subordinada tem então como referência, não um valor de verdade, mas um pensamento. E Frege acrescenta: *como sentido tem, não um pensamento, mas o sentido das palavras "o pensamento de que...", o qual é apenas uma parte do pensamento da sentença composta como um todo*<sup>28</sup>.

Em "A mentiu que tinha visto B", a sentença subordinada refere-se a um pensamento do qual é dito, primeiramente, que A o afirmou como verdadeiro e, em segundo lugar, que A estava convencido de sua falsidade<sup>29</sup>.

Vejamos alguns exemplos dados por Frege de que a referência da sentença subordinada é parte de um pensamento expresso na sentença composta, mas que isso não envolve o seu valor de verdade, isto é, de que o pensamento expresso pelo todo da sentença é indiferente que ele seja verdadeiro ou falso. Consideremos as sentenças:

"Copérnico acreditava que as órbitas planetárias eram circulares"

e

"Copérnico acreditava que o movimento aparente do sol era produzido pelo movimento real da terra".

Pode-se substituir uma sentença subordinada por outra, sem prejuízo da verdade, pois, de fato, Copérnico "acreditava" nisso. Nesse caso, a sentença toda (parte principal + parte subordinada) expressa apenas um pensamento, e a verdade do todo nada tem a ver com a verdade ou a não-verdade da sentença subordinada. Vale a pena repetir aqui que a referência de uma sentença nem sempre é o seu valor de verdade, pois muitas vezes uma expressão, neste caso a sentença subordinada, tem uma referência indireta, isto é, a sua referência é um pensamento:

---

<sup>27</sup> Frege chama a atenção, porém, para as grandes dificuldades lógicas depois de palavras como "reconhecer", "supor", "saber", que pretende examinar mais adiante.

<sup>28</sup> Frege, op. cit., p.72.

<sup>29</sup> Frege, op. cit, p.72, nota 1

Em tais casos, não é permissível substituir, na sentença subordinada, uma expressão por outra que tenha a mesma referência costumeira, senão por outra que tenha a mesma referência indireta, isto é, o mesmo sentido costumeiro<sup>30</sup>.

Portanto, só se pode dizer que a referência de uma sentença **nem sempre** é seu valor de verdade - quando, por exemplo, o valor de verdade da expressão "Estrela da Manhã" nem sempre se refere ao planeta Vênus - quando essa expressão tem sua referência indireta. Segundo Frege, "esse tipo de exceção" ocorre nas sentenças subordinadas, nas quais a referência não é um valor de verdade, mas um pensamento. Mais uma vez, portanto, no discurso indireto a referência é um pensamento. Exemplo: "Ele disse que a Estrela da Manhã estará encoberta pelas nuvens". "Ele disse que Vênus estará encoberta pelas nuvens". São diferentes de "A Estrela da Manhã está encoberta pelas nuvens".

Do mesmo modo, isso vale para as sentenças em que se diz "parece que...", "penso que...". E também vale para sentenças adjetivas nas quais se encontram expressões como "alegrar-se", "lamentar", "consentir", "desaprovar", "ter esperança", "temer", etc. Exemplos dessas sentenças são:

"Dunga lamentou a derrota da seleção brasileira."

"Ronaldinho Gaúcho alegrou-se com a sua convocação para as Olimpíadas".

Frege, porém, introduz aqui as noções de convicção e crença, pois nessas sentenças em que se diz "parece-me que..." estão em jogo as circunstâncias pessoais de quem as profere. Aliás, Frege acrescenta que o que se quer mesmo dizer é: "parece-me que...", ou "penso que...". Isso aponta para se tomar essas sentenças desde uma posição do estado mental de quem as profere. O exemplo famoso é o da batalha de Waterloo quando o Duque de Wellington, no fim do combate, estava alegre porque os prussianos se aproximavam. Essa alegria, diz Frege, se devia à sua convicção. Se tivesse enganado na sua convicção a sua alegria duraria tanto quanto a sua ilusão. O fato de que os prussianos realmente estavam chegando confirmou sua convicção. Isto é, Frege conecta essas sentenças às convicções e crenças. São essas entidades ou atitudes mentais pré-lingüísticas? E se esse é o caso, como se dá então a conexão entre esses estados mentais (os sentimentos) e as sentenças que os expressam? Ora, o que importa a Frege é que essas expressões como "alegrar-se" e "decepcionar-se" expressam um discurso indireto,

---

<sup>30</sup> Frege, op. cit, p.72

só que esse discurso é indireto porque passa por uma atitude ou estado mental, como no exemplo de Wellington, em que a alegria se mistura com convicções pessoais e fatos objetivos. A alegria de Wellington estava em sua convicção, que, felizmente para ele, foi confirmada. Nesse momento, as convicções de Napoleão eram de derrota iminente. Isto é, Napoleão lamentou que os prussianos tivessem chegado naquele momento da batalha. Sua tristeza estava na convicção de sua derrota. Essa mediação da convicção e do sentimento é o que dá às sentenças em que estão presentes essas expressões o caráter de discurso indireto. Frege vai mais longe e relaciona a inferência com a convicção e a crença. Ele diz:

Assim como uma convicção ou uma crença podem ser a base de um sentimento, elas podem também ser a base de uma outra convicção, como se dá na inferência.<sup>31</sup>

Frege dá como exemplo a sentença: "Colombo inferiu da redondeza da terra que poderia alcançar a Índia viajando em direção ao oeste". É irrelevante para a verdade dessa sentença que os dois pensamentos aí presentes sejam verdadeiros (de que a terra seja mesmo redonda e de que viajando para oeste se chega à Índia), mas não é irrelevante se substitui "a terra" por "o planeta acompanhado de uma lua cujo diâmetro é superior à quarta parte do seu", pois, nesse caso, essas palavras estão em referência indireta. A noção de processo mental reaparece aqui à medida que Colombo tinha duas convicções: que a terra é redonda e que viajando para oeste descobriria a Índia, e, a partir dessas duas convicções, que se apoiavam uma na outra, ele fez a inferência. Se no exemplo anterior um sentimento estava ancorado numa convicção, neste uma convicção está ancorada numa outra, e a partir delas alguém (Colombo) faz a inferência. Ora, se isso é assim, Frege fica a nos dever a explicação de como as formas subjetivas de convicção (crença, certeza, dúvida) conectam-se com a sentença que as expressam, de como esse processo mental da "inferência" chega até a linguagem. Isso parece um mistério. O mais importante permanece oculto.

As sentenças adverbiais finais são aquelas cujo fim também não é uma referência costumeira. Introduzidas por "a fim de que", sua referência é um pensamento. "Estou a fim de que esse governo seja derrotado". Tem-se aí a referência indireta das palavras. Frege, porém, ressalta também quando o tempo verbal é o modo subjuntivo. Ora, o modo subjuntivo, diferentemente do modo indicativo, não trata diretamente das coisas (a referência costumeira),

---

<sup>31</sup> Frege, 1978, p.73

mas envolve uma ação verbal mais complexa junto do modo das orações subordinadas que expressam desejos, dúvidas, suposições, conjecturas, etc. Ao modo verbal subjuntivo falta uma forma precisa. Aqui tem-se uma forma mais complexa. Como exemplo, vejamos a diferença entre a sentença no indicativo "Acredito que p" e a no modo subjuntivo "Supondo que acredito que p". E, ao invés de dizer, "eu estou inclinado a dizer", diz-se no modo subjuntivo "supondo-se que eu esteja inclinado a dizer"<sup>32</sup>. Ou seja, o subjuntivo é um modo mais sutil e rebuscado de se expressar.

Existem ainda outros tipos de sentenças cuja referência não é um valor de verdade, isto é, sentenças que têm sentido, mas não referência. Também elas começam com um "que" depois de "ordenar", "proibir", "pedir". No discurso direto esse tipo de sentença teria o modo do imperativo: "Ordeno que...", "Peço-te que...". É importante a observação de Frege de que "uma ordem, um pedido não são pensamentos, ainda que estejam no mesmo nível dos pensamentos". Mas as sentenças subordinadas que envolvem "ordenar" ou "pedir" têm referências indiretas. "A referência de tais sentenças não é então um valor de verdade, mas uma ordem, um pedido, e assim por diante"<sup>33</sup>:

"Peço que sirvam o almoço".

"Ordeno que ataquem o flanco esquerdo".

A referência da sentença subordinada é uma ordem ou um pedido: "peço que...", "ordeno que...". Pode-se então entender porque essas sentenças "não são pensamentos, mas estão no mesmo nível dos pensamentos". Isso também vale para interrogações indiretas após expressões como "duvidar que", "não saber que". Ou seja, essas palavras sempre envolvem suas referências indiretas:

"Duvido que Barak Obama perca as eleições".

"Napoleão não sabia que a cavalaria Prussiana se aproximava".

O problema é que essa sentença se parece com um pensamento do tipo:

"Ptolomeu pensava que a terra era o centro do universo".

---

<sup>32</sup> Ver Wittgenstein, *Philosophischen Untersuchungen*, parte II, in Werkausgabe, Band 1, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1984, p. 513. E Luiz Hebeche, *Os Paradoxos de Moore*, Revista Manuscrito, Outubro de 1998, pp. 69 a 90.

<sup>33</sup> Frege, 1978, p. 74

Lembrar: um juízo é a trajetória de um pensamento para o seu valor de verdade. A sentença completa é um pensamento com um valor de verdade (verdadeiro), embora - por si só - a sentença subordinada seja falsa. A sentença subordinada não tem um valor de verdade. Ela apenas é parte de um pensamento. Embora sua referência seja indireta, essa sentença é todavia um pensamento.

A parte em que trata das sentenças subordinadas é ainda melhor esclarecida por Frege. Ele afirma:

Nos casos até aqui considerados, as palavras das sentenças subordinadas tinham uma referência indireta, e este fato esclarece porque a referência da própria sentença subordinada era também indireta, a saber, não um valor de verdade, mas um pensamento, uma ordem, um pedido, uma pergunta. A sentença subordinada poderia ser concebida como um nome, e poderíamos mesmo dizer ser ela como que um nome próprio deste pensamento, desta ordem, deste pedido, etc., que ela representava no contexto da sentença completa<sup>34</sup>.

O esforço de Frege com essas distinções é obter uma linguagem logicamente perfeita, isto é, uma ideografia. Nessa linguagem perfeita, eliminam-se as ambiguidades linguísticas. A história da matemática narra erros que se originaram na ambiguidade. Exemplos disso são as séries matemáticas. Uma série infinita convergente tem uma referência definida, como

$$1,0 + 0,4 + 0,01 + 0,004 + 0,0002 + 0,00009 \dots = \sqrt{2}$$

Uma série infinita divergente cujo problema pode ser contornado, segundo Frege, se por uma convenção especial for a série referida a 0.

$$1, -1, 1, -1, 1, -1, 1, -1, \dots = 0$$

As referências aqui “0” e “ $\sqrt{2}$ ” servem para eliminar as ambiguidades que dificultam as operações matemáticas.

Faz parte de uma linguagem logicamente perfeita, portanto, a exigência de "que toda a expressão construída como um nome próprio, a partir de sinais previamente introduzidos, de maneira gramaticalmente completa, designe, de fato um objeto, e que nenhum sinal seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurado uma referência". Para Frege as ambiguidades da linguagem natural são fonte de "abusos demagógicos", como, por exemplo, a expressão "A vontade de todos" que não tem uma referência universalmente aceita. E aposta

---

<sup>34</sup> Frege, 1978, p. 74.

que na ciência possa ser eliminada definitivamente essa fonte de erros<sup>35</sup>. (Lembremos, porém, de uma advertência do próprio Frege citada acima de que a elucidação da referência será sempre parcial e para escapar dessa parcialidade teríamos de dizer imediatamente se um sentido corresponde a uma referência, mas isso "nunca conseguiremos"<sup>36</sup>).

### **Sentenças subordinadas sem pensamento com sentido e sem valor de verdade como referência.**

As ambiguidades da linguagem podem ser ainda mais sutis e complexas do que as examinadas acima. É o caso das sentenças subordinadas nas quais embora as palavras tenham suas referências costumeiras não têm, no entanto, um pensamento como sentido, nem um valor de verdade como referência. Como exemplo Frege recorre à sentença:

"Quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria".

A sentença subordinada no exemplo é "quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias". A dificuldade aqui é a de que se o sentido dessa sentença fosse um pensamento então ele poderia ser expresso numa sentença independente, mas esse não é o caso, uma vez que o sujeito gramatical "quem", segundo Frege, não tem um sentido independente, mas apenas faz a mediação com a sentença "morreu na miséria". Nesse caso, então, nem o sentido da sentença subordinada é um pensamento completo, nem a sua referência é um valor de verdade. A referência, como sabemos, é Kepler. Qual é o problema então? Ora, Frege pretende encontrar um acesso à referência, pois se algo é asserido, isto quer dizer que os nomes próprios, simples e compostos, têm referência. Em toda asserção há uma pretensão de verdade.

$\neg 2 + 3 = 5$	ou	$\neg 2 + 3 = 7$	sentido
$\vdash 2 + 3 = 5$			asserção
$\neg$ Kepler morreu na miséria.			Sentido
$\vdash$ Kepler morreu na miséria.			Asserção/sentido

<sup>35</sup> Frege, 1978, p. 76

<sup>36</sup> Frege, 1978, p. 63

Quando alguém assere que "Kepler morreu na miséria", pressupõe que o nome Kepler designa; mas disso não se segue que o sentido da sentença "Kepler morreu na miséria" encerre o pensamento de que o nome "Kepler" designa alguma coisa. Se esse fosse o caso, a negação não seria "Kepler não morreu na miséria",

Mas

"Kepler não morreu na miséria, ou o nome 'Kepler' carece de referência".

E acrescenta Frege:

Que o nome "Kepler" designa algo é uma **pressuposição** tanto da **asserção** "Kepler morreu na miséria", quanto da **asserção** contrária<sup>37</sup>.

O problema está em que há certas confusões na linguagem em que as expressões empregadas parecem designar um objeto, mas isso, como no exemplo examinado, não ocorre, pois a verdade de uma sentença requer a verdade de uma outra sentença. No exemplo citado, saber-se se a sentença subordinada "quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias" realmente designa um objeto ou apenas pareça designá-lo, depende da verdade da sentença "houve alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias". Mas isso introduz uma confusão, pois, segundo Frege, poderia parecer que a sentença subordinada do exemplo contivesse, como componente de seu sentido, o pensamento de que houve alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias. Assim o equívoco que surge da imperfeição da linguagem pode levar a considerar a negação da sentença do seguinte modo:

"quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias não morreu na miséria, ou não houve alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias"<sup>38</sup>.

Pois a verdade da sentença do exemplo dependeria da verdade de outra, mas como mostram as duas negações, as duas sentenças são diferentes, pois na primeira sentença nega-se que quem descobriu a forma elíptica das órbitas dos planetas tenha morrido na miséria, enquanto que na outra nega-se que alguém tenha descoberto a forma elíptica das órbitas planetárias, e isso é totalmente diferente.

Essas confusões poderiam acarretar que não mais dependeria da verdade de um pensamento o fato de um nome próprio ter ou não referência. Ora, o que Frege pretende

---

<sup>37</sup> Frege, 1978, p. 75

<sup>38</sup> Frege, 1978, p. 76.

assegurar é ir além de um pensamento, alcançar a referência ou o valor de verdade. Como estamos vendo, porém, as confusões se originam porque nem todas as sentenças são declarativas completas, mas são formuladas de modo indireto (*oratio obliqua*). É importante considerar que existem sentenças em que, embora as palavras tenham suas referências costumeiras, não têm um pensamento como sentido, nem um valor de verdade como referência. Esse também pode ser o caso das sentenças adjetivas. E sentenças adjetivas são aquelas que equivalem a adjetivos. Segundo Frege, essas sentenças se parecem às substantivas uma vez que podem não ter um pensamento como sentido, nem um valor de verdade como referência. Exemplo: A sentença "a raiz quadrada de 4 que é menor do que 0" pode ser dita assim: "a raiz quadrada negativa de 4". E "menor", "negativa", são adjetivos. Tem-se aí um nome próprio composto que foi constituído a partir de uma expressão conceitual e com o auxílio do artigo definido singular, pois isso sempre é permitido quando um e somente um objeto cai sob um conceito. É importante destacar aqui que o exemplo envolve uma expressão conceitual e que a essa expressão deve ser sempre assegurada por meio de uma convenção especial (Frege não trata dessa convenção aqui), isto é, no exemplo a referência será o número 0 se nenhum objeto, ou mais de um, cai sob o conceito<sup>39</sup>. Nas palavras de Frege, "expressões conceituais podem ser agora formadas de tal modo que as notas de um conceito sejam dadas através de sentenças adjetivas, como no exemplo, onde uma nota é dada através da sentença "que é menor do que 0". Aqui, porém, não há um pensamento como sentido ("que é menor que 0", nem um valor de verdade como referência... . Ou seja, seu sentido é apenas uma parte de um pensamento que também pode, em muitos casos, ser expresso por um único adjetivo ("negativa"). Aqui, como no caso da sentença substantiva ("quem..."), falta um sujeito independente e, portanto, nenhuma possibilidade há de reproduzir o sentido da sentença subordinada numa sentença independente"<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Frege, 1978, p.77, nota 1. A referência de um nome próprio é o objeto que ele designa ou nomeia. Um termo conceitual refere-se a um conceito, se o termo for usado como é apropriado em lógica. Ver, op. cit., p. 107

<sup>40</sup> Frege, 1978, p.77

## **Sentenças subordinadas adverbiais sem pensamento com sentido e sem referência como valor de verdade**

Viu-se no início deste artigo uma definição provisória de nome próprio. Por "sinal" e por "nome" entende-se qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado. A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou sinais. “Para sermos breves, diz Frege, chamaremos cada uma dessas designações de nome próprio”<sup>41</sup>. Ora, ainda segundo Frege, "do ponto de vista lógico, lugares, intervalos de tempo, são considerados objetos; ou seja, a designação linguística de um lugar determinado, de um instante determinado ou de um intervalo de tempo determinado deve ser considerada um nome próprio".<sup>42</sup> Tal como nos casos das sentenças subordinadas substantivas e adjetivas, as sentenças adverbiais podem também constituir de expressões conceituais. No entanto, nessas sentenças o pensamento não tem um sentido definido e nem um valor de verdade. O sentido das sentenças subordinadas não pode ser expresso por uma sentença independente, pois não há uma clara determinação de lugar ou tempo, ou seja, essa determinação é apenas indicada por um pronome relativo ou uma conjunção. Sobre esse assunto, recorramos ao exemplo do próprio Frege, para quem essas sentenças possibilitam "várias interpretações".

O sentido da sentença "depois que o Schleswig-Holstein se separou da Dinamarca, a Prússia e a Austria se desentenderam" pode ser vertido para a forma "depois da separação do Schleswig-Holstein da Dinamarca, a Prússia e a Austria se desentenderam". Segundo esta interpretação é suficientemente claro que o sentido não deve ser tomado como fazendo parte do pensamento de que o Schleswig-Holstein se separou alguma vez da Dinamarca, mas que, pelo contrário, este (pensamento) é a pressuposição necessária para que a expressão "depois da separação do Schleswig-Holstein da Dinamarca" tenha referência. Além disso, a nossa sentença pode ser interpretada também como dizendo que o Schleswig-Holstein se separou alguma vez da Dinamarca. A fim de compreendermos mais claramente a diferença, imaginemo-nos na mente de um chinês que, tendo pouco conhecimento da história europeia, acredita ser falso que o Schleswig-Holstein tenha alguma vez se separado da Dinamarca. Ele irá tomar nossa sentença, em sua primeira versão, como não sendo nem verdadeira nem falsa, mas negará que ela tenha qualquer referência, baseado na ausência de referência para sua sentença subordinada. (Tem sentido, mas não tem referência). Esta sentença só aparentemente poderia indicar uma circunstância temporal. Se ele, entretanto, interpretasse nossa sentença da segunda maneira, então encontraria um pensamento nela expresso, que poderia considerar falso, além de uma parte que, para ele, careceria de referência<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Frege, 1978, pp. 62 e 63

<sup>42</sup> Frege, 1978, p. 77

<sup>43</sup> Frege, 1978, p. 78, nota 1.

Para melhor entender do que Frege está tratando aqui retomemos seu artigo em que esclarece o que entende por pensamento e sentido nas sentenças complexas. Ele diz, como já vimos: "A sentença subordinada tem, habitualmente, como sentido, não um pensamento, mas apenas parte de um pensamento, e conseqüentemente, nenhum valor de verdade como referência". Porém, a gramática das sentenças que têm um componente comum na sentença principal e na sentença subordinada designado por um nome próprio é mais simples. A sentença subordinada, nesses casos, tem um valor de verdade. Por exemplo:

"Napoleão, que reconheceu o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga",

Ela expressa dois pensamentos:

- 1- Napoleão reconheceu o perigo para seu flanco direito;
- 2- Napoleão comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga<sup>44</sup>.

Mas como podemos saber se esses pensamentos são ou não verdadeiros? Segundo Frege, apenas pelo contexto se pode reconhecer esses pensamentos, isto é, pode-se saber onde e quando aconteceu esse fato. O componente comum - o nome próprio - é "Napoleão". Se se assere a sentença toda, então são simultaneamente asseridas as suas sentenças componentes. Se uma dessas sentenças for falsa, toda a sentença também o será. E esse é o caso em que a sentença subordinada tem um pensamento completo como sentido (se a completamos com indicações de lugar e tempo). A referência de uma sentença subordinada é então um valor de verdade. E, portanto, pode-se substituí-la por outra que tenha o mesmo valor de verdade, sem que se altere o valor de verdade da sentença principal. A sentença acima tem uma subordinada adjetiva cujo sujeito gramatical é "Napoleão", mas se se colocar uma conexão "e" também não se alterará o pensamento expresso na sentença toda.

"Napoleão reconheceu o perigo para seu flanco direito e comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga".

Também as sentenças subordinada introduzidas por "embora" exprimem pensamentos completos. "Copérnico descobriu o movimento circular dos planetas, embora pensasse que o sol era fixo". Os dois pensamentos:

---

<sup>44</sup> Frege, op. cit., p.79, 80.

- 1) Copérnico descobriu o movimento circular dos planetas.
- 2) Copérnico pensava que o sol era fixo.

Podem ser expressos assim:

"Copérnico descobriu o movimento dos planetas e pensava que o sol era fixo".

### **Sentenças condicionais**

No caso dessas sentenças não se tem a mesma clareza das sentenças subordinadas em que um nome próprio está ancorado numa circunstância definida espacial e temporalmente e que a liga à sentença principal. Aqui tem-se como componente um “indicador indefinido” ao qual corresponde outro similar na sentença conseqüente. O pensamento é expresso nessas sentenças à medida que os indicadores indefinidos unem as partes das sentenças, pois "indicando um ao outro, estes indicadores unem as duas sentenças num todo que, em regra, exprime um único pensamento". É o caso da sentença:

"se um número é menor que 1 e maior que 0, então seu quadrado também é menor que 1 e maior do que 0".

Nessa sentença condicional o indicador indefinido é "um número" e na sentença conseqüente "seu". E, segundo Frege, "é por meio desta indefinição que o sentido adquire a generalidade que se espera de uma lei". E o que mais: “que disto decorre que a sentença condicional, isoladamente, não tem como sentido um pensamento completo e que, em combinação com a sentença conseqüente, exprime um único pensamento, cujas partes não são pensamentos”; ou seja, os sentidos dessas duas sentenças independentes não são um pensamento, mas apenas partes desse pensamento.

A sentença condicional e a sentença conseqüente também expressam a indicação indefinida de um instante de tempo. Ora, nesse caso frequentemente se usa o tempo presente do verbo, mas que, nesse contexto, não indica o presente temporal. Exemplo: "quando o sol se encontra no Trópico de Câncer ocorre o dia mais longo hemisfério norte". Para Frege, também aqui não se pode exprimir o sentido da sentença subordinada numa sentença independente, porque este sentido não é um pensamento completo. No caso, porém, da sentença: "o sol se encontra no Trópico de Câncer", ela tem um sentido diferente porque o fato que ela se refere está relacionado ao nosso presente. Vale a pena destacar o seguinte trecho:

Tampouco é o sentido da sentença principal um pensamento; somente o todo, contendo as sentenças principal e subordinada, encerra um pensamento<sup>45</sup>.

Sentenças substantivas com "quem", "que"; sentenças adverbiais com "onde", "quando", "onde quer que", "sempre que", podem ser consideradas como tendo o sentido das sentenças condicionais. Exemplo: "Quem toca em piche, se suja".

As sentenças adjetivas, por sua vez, podem representar sentenças condicionais. Nesse caso, o exemplo mais acima ficaria assim: "o quadrado de um número que é menor que 1 e maior do que 0 é menor do que 1 e maior do que 0"<sup>46</sup>.

Nos casos analisados antes, a verdade do todo depende da verdade das sentenças que o compõe. Já não ocorre o mesmo no caso em que a sentença condicional expressa um pensamento completo e contém, em vez de um indicador indefinido, um nome próprio ou algo que pode ser considerado equivalente.

"se o sol já nasceu, o céu está muito nublado"  
(sentença condicional), (sentença consequente)

Nessa sentença o tempo é o presente e, portanto, definido. E o lugar deve ser considerado definido. Nessa sentença foi estabelecida uma relação entre os valores de verdade da sentença condicional e da sentença consequente, a saber, que não se dê o caso em que a sentença condicional se refira ao verdadeiro e a sentença consequente se refira ao falso. Desse modo, nossa sentença (condicional + consequente) é verdadeira, quer não tenha o sol ainda nascido, esteja o céu nublado ou não, quer tenha o sol já nascido e o céu esteja muito nublado. Posto que aqui só estão em questão os valores de verdade, cada sentença componente pode ser substituída por outra do mesmo valor de verdade, sem mudar o valor de verdade do todo. Naturalmente, também aqui a elucidação de que anteriormente falamos pareceria inadequada: o pensamento pareceria levemente distorcido, mas isto nada tem a ver com seu valor de verdade. E diz Frege de modo de modo um tanto surpreendente: Deve-se nesses casos ter presente que, aos pensamentos principais, associam-se os pensamentos secundários, não explicitamente expressos, que, portanto, não devem ser incluídos no sentido da sentença e cujos valores de verdade não devem ser levados em conta<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Frege, 1978, p. 79

<sup>46</sup> Frege, 1978, p. 79

<sup>47</sup> Frege, 1978, p. 79

Frege dá outro exemplo dessa conexão das duas sentenças em que se pode exprimir o pensamento da sentença acima:

"ou o sol ainda não nasceu, ou o céu está nublado"

É importante ressaltar mais uma vez que "A sentença subordinada tem, habitualmente, como sentido, não um pensamento, mas apenas uma parte de pensamento e, conseqüentemente, nenhum valor de verdade como referência". Segundo Frege, a razão disto é que ou bem as palavras da sentença subordinada têm uma referência indireta, de modo que a referência da subordinada e não seu sentido constitui um pensamento, ou bem a sentença subordinada, por conter um indicador indefinido, é incompleta e só exprime um pensamento justaposto à sentença principal.

Porém pode também ocorrer que o sentido da sentença subordinada seja um pensamento completo, e esta pode ser substituída por outra do mesmo valor de verdade sem afetar a verdade do todo e desde que não haja nenhum obstáculo gramatical.

Frege também reconhece outras dificuldades<sup>48</sup>, que, aliás, ressaltam os compromissos mentalistas da sua doutrina lógica. O seguinte trecho mostra como ele, todavia, é dependente da filosofia da mente, pois no caso das sentença subordinadas existem casos que não se enquadram nas classificações anteriores. Isto é, a compreensão dessas sentenças envolve sutilezas que não possuem sentido tão simples, pois nesses casos: "Quase sempre, ao que parece, aos pensamentos principais que exprimimos, relacionamos pensamentos secundários que, embora não expressos, são associados às nossas palavras, quase tanto quanto o pensamento principal, parece então que queremos exprimir tais pensamentos secundários através dos pensamentos principais. O sentido da sentença é, por isso mesmo, enriquecido, e bem pode acontecer que tenhamos mais pensamentos simples do que sentenças". E acrescenta numa nota de pé de página: "Isto pode ser importante para a questão de saber quando uma asserção é uma mentira ou o juramento um perjúrio"<sup>49</sup>.

Ou seja, a compreensão fregeana da linguagem envolve sutilezas mentalistas e até "leis psicológicas", como a de apanhar o verdadeiro pensamento de um mentiroso ou de alguém que jura em falso, isto é, isso envolve a diferença entre o que se diz e o que se pensa. E, por

---

<sup>48</sup> Frege, 1978, p. 82

<sup>49</sup> Frege, 1978, p. 82.

consequente, que se possa “reconhecer” ou “perceber” um pensamento. É caso, aliás, do exemplo:

Napoleão, que reconheceu o perigo para o seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga.

Essa sentença exprime, não apenas dois pensamentos, como viu-se acima, mas também o pensamento de que o reconhecimento do perigo, isto é um processo consoante leis psicológicas de reconhecimento e de associação a esse estado mental, foi a razão pela qual Napoleão comandou sua guarda contra a posição inimiga. Esses processos mentais que envolvem as sentenças subordinadas advertem que uma doutrina científica, em nome da sentença assertiva do presente do indicativo, teria de colocá-la à margem. As dificuldades aqui, segundo Frege, estão nesses pensamentos apenas sugeridos ou realmente expressos. E para saber isso ter-se-ia de indagar “se a nossa sentença seria falsa se a decisão de Napoleão já tivesse sido tomada antes de ter reconhecido o perigo. E se, apesar disso, nossa sentença fosse verdadeira, nosso pensamento secundários (subsidiário) não deveria ser entendido como parte do sentido da sentença. Provavelmente, decidir-se-ia em favor desta última alternativa. Caso contrário, dar-se-ia uma situação bastante complicada: teríamos mais pensamentos simples do que sentenças. Se a sentença: "Napoleão reconheceu o perigo para seu flanco direito" fosse agora substituída por outra do mesmo valor de verdade, por exemplo, "Napoleão tinha mais de 45 anos", não somente nosso primeiro pensamento se alteraria ("Napoleão reconheceu o perigo para seu flanco direito", como também o terceiro (Napoleão, que tinha mais de 45 anos, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga") e, igualmente, seu valor de verdade - se sua idade não tivesse sido a razão da decisão de comandar a guarda contra o inimigo. Isso mostra por que, em tais casos, uma sentença nem sempre pode ser substituída por outra de igual valor de verdade. Pois, por estar associada a uma outra, a sentença exprime mais do que faria isoladamente”<sup>50</sup>.

Há outros casos de associações semelhantes, como na sentença:

"Bebel supõe que a devolução da Alsácia-Lorena aplacaria o desejo de desforra da França",

---

<sup>50</sup> Frege, 1978, p. 83.

Segundo Frege, são expressos aí dois pensamentos ainda que não correspondam, respectivamente à sentença principal e à sentença subordinada, isto é:

- 1- Bebel crê que a devolução da Alsácia-Lorena aplacaria o desejo de desforra da França. (pensamento)
- 2- A devolução da Alsácia-Lorena não aplacaria o desejo de desforra da França. (pensamento e valor de verdade)

Na expressão do primeiro pensamento as palavras da sentença subordinada têm referência indireta, enquanto que na expressão do segundo pensamento elas têm referência costumeira. Consequentemente, segundo Frege, em nossa sentença composta original, a sentença subordinada deve ser considerada de duas maneiras, isto é, com diferentes referências das quais uma é um pensamento e a outra um valor de verdade. É uma vez que o valor de verdade não é a única referência da sentença subordinada, não podemos substituí-la por outra de igual valor de verdade. Considerações semelhantes aplicam-se a expressões como "saber", "reconhecer", "é sabido que", como Frege, aliás, tinha já antecipado<sup>51</sup>.

### **Sentença subordinada causal**

É o caso em que por meio de uma sentença subordinada causal (porque) e de sua sentença principal exprimem-se vários pensamentos que, entretanto, não correspondem a cada uma das sentenças separadamente. Por exemplo, na sentença:

"porque o gelo é menos denso do que a água (subordinada), flutua na água (principal)"

temos três pensamentos:

- 1- o gelo é menos denso do que a água;
- 2- se algo é menos denso do que a água, flutua na água;
- 3- o gelo flutua na água.

O terceiro pensamento não precisa talvez ser mencionado explicitamente desde que está contido nos dois primeiros. Por outro lado nem associando-se o primeiro com o terceiro nem o segundo com o terceiro ter-se-ia o sentido completo de nossa sentença. Pode-se ver que a nossa sentença subordinada

---

<sup>51</sup> Frege, 1978, p. 72.

"Porque o gelo é menos denso do que a água" exprime, não só o primeiro pensamento, como também uma parte do segundo. Donde nossa sentença subordinada não poder simplesmente ser substituída por outra de igual valor de verdade (ex.: a cortiça); pois isso alteraria nosso segundo pensamento e, em consequência, bem poderia alterar seu valor de verdade.

Depois de mais dois exemplos Frege reconhece que:

É difícil exaurir todas as possibilidades dadas pela linguagem (ordinária); mas espero pelo menos ter clarificado pelo menos as razões essenciais por que uma sentença subordinada nem sempre pode ser substituída por outra de igual valor de verdade, sem afetar a verdade da sentença total. Estas razões são:

- 1- A sentença subordinada não se refere a nenhum valor de verdade, quando ela exprime apenas uma parte de um pensamento;
- 2- A sentença subordinada refere-se a um valor de verdade, mas não se restringe apenas a isso, quando seu sentido inclui, além de um pensamento, também uma parte de outro.

O primeiro caso ocorre:

- 1- se as palavras têm referência indireta;
- 2- se uma parte da sentença apenas indica indefinidamente em vez de ser um nome próprio ("se o ferro fosse menos denso do que a água, flutuaria na água").

No segundo caso, a sentença subordinada pode ser interpretada de duas maneiras, a saber, ora em sua referência costumeira, ora em sua referência indireta; ou então, pode ocorrer que o sentido de uma parte da sentença subordinada seja, simultaneamente, um componente de um outro pensamento, que, associado ao sentido diretamente expresso pela sentença subordinada, forme o sentido da sentença como um todo.

Essa complexidade da linguagem, porém, não afasta Frege de seu ponto central em "O sentido e a referência", pois nas suas palavras: "Disto se segue, com suficiente probabilidade, que os casos em que a sentença subordinada não é substituível por outra do mesmo valor de verdade não refutam nosso ponto de vista de que o valor de verdade é a referência da sentença cujo sentido é um pensamento". Frege pretende assegurar um novo conhecimento. Ele volta ao início de seu artigo, para, mais uma vez, ressaltar para a sua doutrina a relevância tanto da noção de sentido quanto da de referência. Ele diz:

Se, em geral, julgamos que o valor cognitivo de "a = a" e "a = b" é diverso, isto se explica pelo fato de que, para determinar o valor cognitivo, é tão relevante o sentido da sentença, isto é, o pensamento por ela expresso, quanto sua referência, a saber, seu valor de verdade. Se a = b, então realmente a referência de "b" é a mesma que a de "a", e, portanto, também o valor de verdade de "a = b" é o mesmo que o de "a = a". Apesar disto, o sentido de "b" pode diferir do de "a" e, portanto, o pensamento expresso por "a = b" pode diferir do expresso por "a = a", neste caso as duas sentenças não têm o mesmo valor

cognitivo. Se, como anteriormente, entendemos por "juízo" a trajetória do pensamento para seu valor de verdade, podemos também dizer que os juízos são diferentes<sup>52</sup>.

O valor de verdade não decide a diferença, mas por que para isso são necessários o sentido e o pensamento? No exemplo do triângulo desenhado acima o sentido (e o pensamento) é diferente, mas a referência é a mesma (o mesmo ponto de intersecção).

Algumas perguntas:

1. Se a referência do valor de verdade é a referência costumeira, então só se chega à referência (se a reconhece) quando já de antemão se teve acesso a ela, caso contrário, como poderia saber se é ou não verdadeira? Um novo conhecimento não estaria nem no sentido costumeiro nem na referência costumeira. Frege diz que "se se quiser ir além do pensamento", ou seja, quer atingir o valor de verdade, mas também diz: "em todo juízo o passo do plano do pensamento para o plano das referências já foi dado".

2. Ao afastar-se do "encanto estético" - via ciência da linguagem ou conceitografia - Frege define uma tradição incapaz de pensar a estética (isso vale inclusive para Wittgenstein).

3. Sobre o pensamento e o sentido: "pensamentos secundários" não expressos; o que vem a ser isso? Onde devo encontrá-los se não estão expressos, etc.? Na mente, seria a resposta<sup>53</sup>. Isso, aliás, indica um conjunto de problemas que são os resquícios de psicologismo na semântica extencional fregeana.

Chamo a atenção sobre as vicissitudes dos discursos diretos e indiretos, ao contrário da clareza das sentenças declarativas completas tipo: "O quadro é verde". O tempo é o presente do indicativo, aliás, como se pode estabelecer o valor de verdade do passado e do futuro. "Napoleão reconheceu o perigo...", etc. Aqui são fatos do passado, como se garante o valor de verdade dessas sentenças? A resposta, porém, seria que o passado é um pensamento. Isto é, ao invés de comparar, como na sentença "O quadro é verde" com sua referência costumeira (O quadro verde diante de mim), a sentença "Napoleão foi derrotado em Waterloo" só pode ser comparada com um pensamento que faz parte desse "tesouro comum da humanidade" inserido na história e na cultura. No entanto, a nosso ver não há uma resposta clara aqui sobre o que vem a ser o pensamento, qual é precisamente o seu âmbito, qual é a sua relação com o sentido, como ele pode ser expresso na linguagem, etc.

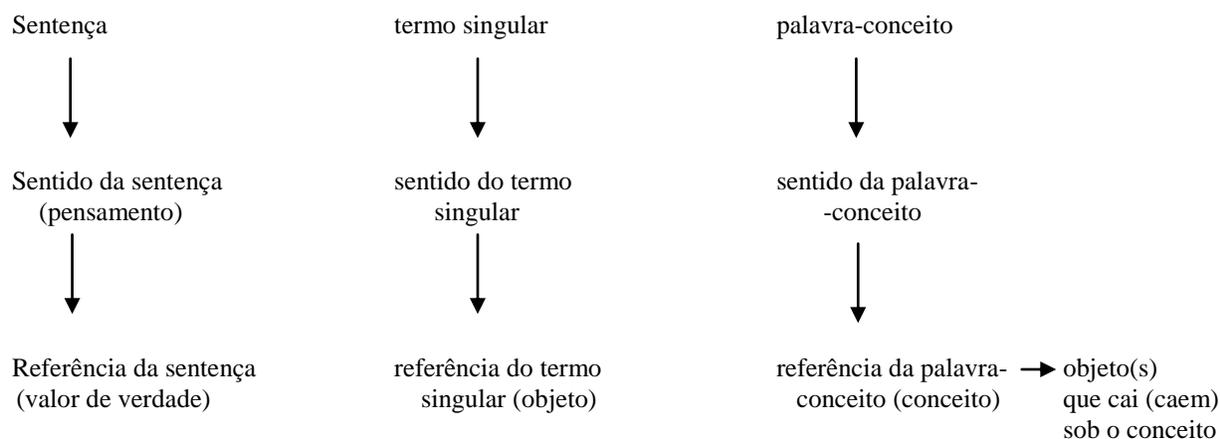
---

<sup>52</sup> Frege, 1978, p. 86.

<sup>53</sup> Frege, 1978, p. 82.

A essas questões, respondemos que Frege opera um encurtamento no conceito de compreensão ao sair das orações complexas e tentar construir uma lógica baseada na sentença predicativa, que ele ainda mantém numa concepção da proposição com resíduos mentalistas. A linguagem passa a fazer o papel da consciência ou do sujeito cognitivo. Ora, havia um mistério que mantinha, no caso de Kant, o pensamento como algo inefável. O mesmo acontece com o platonismo fregeano.

Numa carta endereçada a Husserl (24//05/1891), pode-se encontrar o seguinte esquema geral da concepção de Frege sobre o sentido e a referência<sup>54</sup>:



Ora, como mostramos alhures, isso é tudo o que Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, desfez como ilusão gramatical<sup>55</sup>.

As questões levantadas pela leitura de “Sentido e referência” abrem-se em leque. Vimos o famoso exemplo fregeano da sentença “A estrela da manhã” e “A estrela da tarde”, como tendo sentidos diferentes, mas a mesma referência. Trata-se de um pensamento verdadeiro. Vê-se o mesmo astro à tarde e à manhã. No entanto, o lógico também reconhece que nunca se conseguirá acesso imediato aos dados sensíveis. Nesse caso, o processo de reconhecimento não é instantâneo. E isso coloca a questão: pode-se associar a verdade à precariedade dos dados sensíveis? Ora, se o objetivo da lógica são as leis da verdade pode-se associá-la à precariedade da referência ou do real? Vimos também os casos em que sentenças mais complexas têm partes verdadeiras e partes falsas. Mas pode haver verdade em partes ou partes de verdade? É para

<sup>54</sup> Kuhlmann, W., *Reflexive Letsbegründung - Untersuchungen zur Transcendentalpragmatik*, Verlag Karl Alber, Freiburg/München, 1985, p. 315

<sup>55</sup> Hebeche, L. *O mundo da consciência – ensaio sobre a filosofia da psicologia de Wittgenstein*, Porto Alegre: Edipuc, 2002.

responder a essas questões que Frege retoma a noção de "pensamento". Como alertamos, pouco antes de morrer ele voltou a esse tema. Era-lhe imperativo esclarecê-lo. É o que veremos a seguir, pois isso mostrará também da onde partirão os ataques de Wittgenstein ao platonismo e ao racionalismo moderno expresso nos termos de uma ciência da linguagem.

### **Excursus: O pensamento (*Der Gedanke*)<sup>56</sup>**

*A apreensão do pensamento pressupõe  
alguém que o apreenda, um ser pensante.  
Ele é então o portador do pensar, mas não  
do pensamento.*

*Frege (P, p. 204)*

Toda a pergunta contém uma convocação. E o que se é convocado a tematizar no caso da lógica senão a “verdade”? Para iniciar esse tema, Frege parte da distinção tradicional da história da filosofia em que o “belo” indica a tematização da estética, de que o “bem” o âmbito da ética e de que a “verdade” indica a direção das investigações lógicas. Isto é, cada âmbito dessas ciências tem uma pretensão de verdade que lhe é próprio. A lógica, porém, não pretende alcançar esta ou aquela verdade, pois trata das leis da verdade, isto é, das leis que antecipam-se a todas as outras pretensões de verdade. Por isso, não se pode confundir as leis da lógica com as leis das ciências, pois estas dependem daquelas. As leis da natureza pressupõem as leis da verdade. Ou seja, todas as pretensões de verdade tratam do que ocorre seja no campo da ética (costumes), da estética (arte), da física (natureza), etc.; a leis da lógica, porém, não tratam do que ocorre, mas do que é. Ora, não se poderia então dizer que esse caráter sublime da lógica não seria precisamente o pensamento? Isto é, de que as leis da lógica seriam as leis do pensamento. No entanto, quando se trata do pensamento logo se imagina ou se o associa a um processo mental. Mas se o pensamento fosse um processo mental, então as leis da lógica seriam, ao fim e ao cabo leis psicológicas. E com isso, estar-se-ia ainda no âmbito do que ocorre e não do que é. Isto é, quando se fala em “leis do pensamento” surge o perigo de entendê-la como leis que seriam semelhantes às “leis da natureza” só que vinculadas a

---

<sup>56</sup> Frege, G. *O pensamento*, tradução de Cláudio Ferreira da Costa de *Der Gedanke – eine logische Untersuchung*, in *Cadernos de História e Filosofia da ciência*, UNICAMP, 1998, p. 177 a 208. Para a tradução de *Satz* empregaremos “sentença”. E para o artigo *O pensamento*, empregaremos à abreviatura “P” seguida da página correspondente.

ocorrências mentais. Uma distinção sutil que é feita entre o pensamento e o pensar, pois este trata do que ocorre e aquele do que é. O perigo, então, está em “tomar uma lei do pensamento como uma lei psicológica. E assim chega-se à opinião de que a lógica trata do processo mental do pensar e das leis psicológicas segundo as quais este ocorre. Com isso, a noção de verdade que orienta a lógica não obteria o lugar que lhe é devido” (P, p. 177, 178).

Como se vê, Frege continua um mote principal da sua doutrina: eliminar o psicologismo da lógica. Ele reconhece que leis psicológicas tenham ocasionalmente invadido o efetivo campo da lógica, mas esse contágio deve ser eliminado. Esse contágio originou-se em mal-entendidos que resultaram em apagar a diferença entre a psicologia e a lógica. A verdade, portanto, está além do âmbito da psicologia. Diz Frege: “concebo como a tarefa da lógica encontrar as leis da verdade e não as do tomar como verdadeiro ou do pensar. Nas leis da verdade desdobra-se o significado da palavra ‘verdade’” (P, p. 178). E aqui Frege se apressa em distinguir a verdade de que trata, isto, da uma verdade cujo conhecimento tem em vista a verdade da ciência de veracidade ou autenticidade que dizem respeito ao agir ou a apreciação das obras de arte. Isto é, ele pretende afastar a noção de verdade de âmbitos onde ela seria demasiado plástica ou flutuante.

As noções de “verdade”, e mais especificamente de “verdadeiro”, porém, não dizem respeito a eventos inefáveis e misteriosos, pois são predicadas de figuras, representações, sentenças e pensamentos, isto é, embora se rejeite o psicologismo não se pode eliminar o âmbito da intenção e da representação, ou melhor, o âmbito da percepção sensível, pois só se pode dizer que uma representação é verdadeira se ela diz respeito a intenção de que deve corresponder a algo. Uma folha, uma pedra, uma flor, por si só, não seriam verdadeiras. Só quando há uma intenção de que as suas figuras devam corresponder a algo. Mas, acrescenta Frege, a verdade não é um termo relacional, pois não diz respeito a algo com o qual deva corresponder. Compara-se, portanto, uma representação com algo para se saber que é ou não verdadeira, mas essa relação de correspondência não diz respeito à verdade. Ora, uma correspondência diz respeito a coisas que coincidem. A rosa vermelha e a representação da rosa vermelha seria o caso, mas já não seria o caso a coincidência entre peça de ouro e uma nota de cinquenta reais, o que, aliás, seria “algo ridículo”. O importante aqui é que só se comparam representações, ou nas suas palavras, “comparar uma representação com uma coisa só é possível se a coisa é uma representação. E, então, se a primeira correspondesse perfeitamente à

segunda, elas coincidiriam. Ora, isso é precisamente o que não se pretende quando se define a verdade como correspondência de uma representação com algo real. Pois aqui é essencial que o real seja distinto da representação. Mas então não pode haver nenhuma correspondência perfeita, nenhuma verdade perfeita”. E Frege conclui: “Mas então absolutamente nada seria verdadeiro; porque o que é apenas em parte verdadeiro é não-verdadeiro. A verdade não admite um mais ou um menos” (P. p. 180). Posto nos termos de correspondência com o real não se pode definir o que seria o de maior interesse para a lógica, isto é, a verdade. Para Frege, a tentativa de definir a verdade como correspondência com o real não só resulta em fracasso, como também toda e qualquer outra tentativa de definir o que é a verdade, pois sejam quais forem os casos particulares sempre se poderia perguntar se tais ou quais características estão presentes e, com isso, a verdade nunca seria algo cabal e completo. “Isso torna provável que o conteúdo da palavra ‘verdade’ seja *sui generis* e indefinível” (P, p. 180).

Essa dificuldade, porém, resultou do ponto de partida, isto é, de tomar a noção de verdade desde as relações entre a representação e ao real ou ao sensível. Não seria, então, melhor avançar no terreno do não-sensível? Ao invés da referência, não seria melhor tematizar a verdade pelo sentido? É esse o passo seguinte. Frege retoma, então, a noção de que se uma figura ou representação corresponde a uma coisa, só a sua verdade será posta no contexto de uma sentença (*Satz*), como em “‘Minha representação corresponde à catedral de Colônia’ é uma sentença e trata-se da verdade dessa sentença. Assim, aquilo que é impropriamente chamado de verdade de figuras e representações reduz-se à verdade de sentenças” (P, p. 181). Mas, neste caso, afastados da referência só nos resta o sentido, isto é, quando se diz que a frase é verdadeira tem-se em mente ou quer-se dizer que tem-se mesmo o seu sentido. E apenas isso, pois se houvesse a correspondência do sentido com outra coisa para saber se ele é verdadeiro essa correspondência exigiria um outro sentido para saber se tal correspondência é verdadeira e assim ir-se-ia ao infinito. Aqui, distante da gafe que relacionou a verdade com o âmbito da sensibilidade surge o cenário mais impávido do pensamento relacionado ao sentido como o âmbito em que “a verdade pode ser legitimamente colocada em questão. Posso então dizer: o pensamento é o sentido de uma frase, com o que quero afirmar que o sentido de toda a frase seja um pensamento. O pensamento, que em si mesmo, é não-sensível, veste-se com a roupagem sensível da frase, tornando-se assim apreensível para nós. Dizemos que uma frase

expressa um pensamento” (P, p. 182). Frege, porém, estava ainda longe do segundo Wittgenstein para se perguntar como algo insensível pode entrar em contato com o sensível.

Associando a verdade ao pensamento insensível, Frege faz um esforço para afastar a verdade do âmbito da experiência sensível. Como se disse, todas as ciências tratam de âmbitos que têm pretensões de verdade, mas não das leis da verdade que enquanto tais não podem ser sensíveis. É, portanto, no cenário imponderável do pensamento que se poderá avançar na elucidação do significado da palavra “verdade”. A palavra condutora daquilo que constitui os cuidados da lógica: as leis da verdade. Essas “leis” têm tudo a ver com o pensamento (não com a atividade de pensar). E assim Frege associa verdade e pensamento. A característica de ambos é a de estarem platonicamente separados do mundo sensível. Ele afirma: “O pensamento é algo não-sensível, e todas as coisas perceptíveis aos sentidos devem ser excluídas do domínio daquilo acerca do que a verdade pode legitimamente entrar em questão a verdade não é uma propriedade que corresponde a uma espécie particular de impressão sensível. Assim, ela distingue-se nitidamente de propriedades denominadas por palavras como ‘vermelho’, ‘amargo’, ‘cheirando a sabugueiro’” (P, p. 182). Essa primeira tentativa de distinguir o âmbito do pensamento é, porém, delimitada pelo entendimento de que existem asserções mais complexas do que as impressões sensíveis particulares.

E Frege reconhece: “Mas não vemos que o sol nasceu? E não vemos que isso também é verdadeiro? Que o sol nasceu, não é nenhum objeto emitindo raios que alcançam meus olhos; não é uma coisa visível como o próprio sol. Que o sol nasceu é reconhecido como verdadeiro com base em impressões sensíveis. Todavia, o ser verdadeiro não é nenhuma propriedade perceptível aos sentidos” (P, p. 182). Um exemplo semelhante é o reconhecimento de um corpo como magnético a partir das impressões sensíveis. Esse reconhecimento ou o ser magnético do corpo embora envolva impressões sensíveis não é ele próprio uma espécie de impressão sensível particular. Também o reconhecimento de que não estou sentido nenhum odor agora é verdadeiro, mas não tem por base impressões sensíveis particulares.

Acontece, porém, que se pode considerar a propriedade de uma coisa sem acrescentar que se tem aí um pensamento verdadeiro. Isto é, tomando-se as duas sentenças: “Sinto odor de violetas” e “É verdade que sinto odor de violetas”, tem-se aí um mesmo conteúdo e isso quer dizer que nada é acrescido ao pensamento ter-se-lhe atribuído a propriedade de ser verdadeiro. No entanto, um cientista depois de longos anos de pesquisa poderia dizer “O que eu havia

conjeturado é verdadeiro”. Tem-se aí, então, mais um exemplo retirado do uso corrente de que a verdade é uma propriedade. A verdade é, nesse caso, associada ao resultado da pesquisa, é uma propriedade dele. Ora, o esforço de Frege é aqui mostrar que nada é acrescentado ao pensamento quando se lhe atribui a propriedade de ser verdadeiro.

O passo adiante de Frege aqui é mostrar como a atribuição da propriedade de ser verdadeiro é dispensada no caso das sentenças assertóricas. É no cenário da comunicação em que ocorrem sentenças assertóricas e interrogativas que se podem expressar pensamentos sem apresentá-los como verdadeiros. Para cada frase assertórica pode ser construída uma pergunta. Uma exclamação não seria, nesse caso, ser “comunicativa”, pois não tem um conteúdo a ser comunicado ou questionado. O conteúdo, o assunto, é precisamente o pensamento. Diz Frege: “Uma sentença interrogativa e uma sentença assertórica contêm o mesmo pensamento; mas a frase assertórica contém algo mais, a saber, a asserção. Também a pergunta contém algo mais, a saber, uma convocação. Em uma frase assertórica devem portanto ser distinguidas duas coisas: o conteúdo, que ela tem em comum com a pergunta, e a asserção. O primeiro é o pensamento, ou ao menos o contém. É assim possível expressar um pensamento, sem apresentá-lo como verdadeiro. Em uma sentença assertórica ambos vêm tão unidos, que a separabilidade passa facilmente despercebida” (P, p. 184). Frege distingue então três passos quando da comunicação de um pensamento:

1. A apreensão do pensamento – o pensar,
2. O reconhecimento da verdade de um pensamento – o julgar,
3. A manifestação desse juízo – o asserir.

O primeiro ato comunicativo é então a pergunta, o segundo é a resposta. Perguntar é provocar o interlocutor. A sentença transporta um pensamento ou um conteúdo do falante ao ouvinte. Frege, porém, mantendo-se fiel ao cientificismo entende isso como o progresso da ciência e, portanto, como um diálogo levado a sério, um diálogo que leva a uma descoberta. Nele, primeiro um pensamento é apreendido, tal como é posto na pergunta; depois de uma investigação apropriada ele é expresso e reconhecido como verdadeiro. Dizer que ele tem a propriedade de ser verdadeiro é aqui irrelevante, pois essa é a função da sentença assertórica. Para isso, não se precisa recorrer à palavra “verdade”. Pois, mesmo que usemos essa palavra ela carece de força assertórica. Se a frase assertórica perde a sua força de asserção a palavra “verdade” é incapaz de restituí-la. Segundo Frege, isso acontece quando não se fala a sério,

como no caso do teatro ou da poesia em que se representa estar falando a sério, mas isso não ocorre. O preconceito estético de Frege é fiel ao seu ponto de partida: a verdade é assunto da lógica, não das artes. Nas artes, os pensamentos são expressos sem que eles sejam realmente apresentados como verdadeiros. Portanto, só no âmbito científico uma sentença pode ser assertória e, portanto, pode ser levada a sério. Uma sentença assertórica, devidamente levada a sério, não precisa ser acrescentada por expressões do tipo “...é verdadeiro”, ou “... é verdade”, pois, nesse domínio, falantes e ouvintes são mais sérios e não precisam acrescentar penduricalhos ao pensamento.

Pode ocorrer que sentenças assertóricas tenham além da asserção e do pensamento um terceiro elemento feito de expressões como “graças a Deus”, “felizmente” ou “infelizmente”, como “Graças a Deus descobriu-se a vacina contra a gripe”, mas esses componentes carecem de relevância. Eles, aliás, abundam nas chamadas “ciências humanas” que de ciência têm muito pouco ficando mais próximas da poesia. Frege alerta, porém, que quando se trata de aproximar daquilo que é inapreensível ao pensamento, como no caso da intuição, “esses componentes são inteiramente justificados”. O que tem caráter de verdade são, portanto, as ciências naturais e objetivas. Frege, por vezes, dá entender que “o que é essencial depende do propósito. Aquilo que para o lógico é indiferente pode apresentar-se como o mais importante a uma sensibilidade voltada para o belo na língua”. Mas o seu destaque às ciências naturais é claro quando afirma: “O que é chamado de ciências humanas está mais próximo da poesia e é por isso mesmo menos científico do que as ciências rigorosas, que quanto mais rigorosas mais secas são; pois a ciência rigorosa é direcionada para a verdade. Assim, todos os componentes da sentença aos quais a força assertórica não se estende, não pertencem à exposição científica” (P, p. 185). Ou seja, as nuances das palavras ou mesmo seus vários usos como os de “cavalo”, “rocim”, “pileca” não fazem a menor diferença para o pensamento.

Um dos casos interessantes é o dos vários usos do pronome “eu” que podem ocorrer numa sentença, como, por exemplo, alguém que se chama Dr. Gustav Lauben diz “Eu fui ferido”. Ele o diz para alguém, mas expressa um pensamento de um evento que lhe ocorreu. Esse evento lhe ocorreu privadamente, pois “cada um de nós é apresentado a si mesmo de um modo especial e originário, pelo qual não se é apresentado a mais ninguém. Assim, se o Dr. Lauben pensa que ele foi ferido, ele toma por base provavelmente esse modo originário pelo qual ele é dado a si mesmo. E só o Dr. Lauben pode apreender o pensamento assim

determinado. Mas ele quis comunicá-lo a outros. Ele não pode comunicar um pensamento que só ele pode apreender. Se ele então também diz ‘Eu fui ferido’, ele deve usar o ‘eu’ em um sentido que também seja acessível aos outros, algo como ‘aquele que nesse momento vos fala’; fazendo isso, ele põe a serviço da expressão do pensamento as circunstâncias acompanhantes do seu dizer” (P, p. 190).

Surge, então, diz Frege a questão de se é o pensamento o que o primeiro homem expressou o mesmo que esse outro agora expressa? Isto é, geralmente as pessoas entendem que se pode ver, tocar, perceber, enfim, com os sentidos coisas como pedras, árvores, casas, e essas pessoas estão convencidas que as outras pessoas também podem ver, tocar e experimentar as mesmas coisas. “Um pensamento, acrescenta Frege, não faz parte obviamente dessas coisas. Mas, apesar disso, pode ele ser posto diante de uma pessoa tal como acontece com uma árvore?” (P, p. 190). Ora, diferentemente das coisas, as pessoas têm um mundo interior. Qual a relação do pensamento com esse mundo interior? Para responder a essa pergunta é importante explicitar de que é feito esse mundo.

Antes de mais, é importante reconhecer o que mesmo o homem não-filosófico reconhece, isto é, a existência de um mundo interior diferente do mundo exterior. Esse mundo é feito de impressões sensíveis, de imaginações, de sensações, sentimentos, estados de alma, inclinações, desejos e volições. Com a exceção das volições (o pensamento não depende do querer), Frege reúne todos os outros eventos do mundo interior de “representações”. Então a pergunta: pertencem os pensamentos a esse mundo interior? Não se é inclinado a considerar o pensamento também como um processo interior? São os pensamentos representações? Afinal, tanto o pensamento quanto as representações não se diferenciam do mundo exterior? Existem várias razões para sua proximidade. Nas palavras de Frege:

“1. As representações não podem ser vistas ou tocadas, nem cheiradas, nem degustadas, nem ouvidas. Exemplo: eu faço um passeio acompanhado de alguém. Eu vejo um prado verde; tenho então uma impressão visual do verde. Tenho-a, mas não a vejo.

2. As representações, portanto, são tidas. Isto é, têm-se sensações, sentimentos, estados de alma, inclinações, desejos. Mas onde estão as representações? Uma representação tida por alguém pertence ao conteúdo da sua consciência.

O prado e suas rãs, o sol que os ilumina, estão lá, não importa se eu os vejo ou não; mas a impressão sensível do verde, a qual eu tenho, só existe através de mim; eu sou o seu portador. Parece-nos disparate supor que uma dor, um estado de alma, um desejo, vagueiem pelo mundo na independência de um portador. Uma sensação não é possível sem um ser sensível. O mundo interior tem como pressuposto aquele do qual ele é mundo interior.

3. As representações necessitam de um portador. As coisas do mundo exterior são em comparação, auto-suficientes” (P, p. 191). Nesse item, Frege mostra que as representações precisam de um portador e que é impossível saber se as representações de um outro portador são iguais às minhas. Um amigo

daltônico passeia comigo por um parque. Vejo um morango entre as folhas verdes, mas meu amigo recebe uma impressão do morango que não se diferencia da das folhas. Vê ele as folhas vermelhas ou o morango verde? Segundo Frege essa questão é irrespondível ou absurda, pois “a palavra ‘vermelho’, quando não indica uma propriedade de coisas, mas deve designar as impressões sensíveis pertencentes à minha consciência, só aplicável no domínio da minha consciência; pois é impossível comparar minhas impressões sensíveis com as de um outro”. E acrescenta: “Ser conteúdo da minha consciência pertence, assim, à essência de cada uma das minhas representações, sendo qualquer outra representação de um outro, como tal, diferente das minhas”. Estou eu e meu amigo diante de um prato de morango, mas eu tenho as minhas representações dos morangos e ele as suas. E conclui Frege: “Nenhum outro tem a minha representação; mas muitos podem ver a mesma coisa. Nenhum outro tem a minha dor. Alguém pode ter pena de mim; mas minha dor pertence sempre a mim e a sua pena a ele. Ele não tem a minha dor e eu não tenho a sua pena” (P, p. 192).

4. “Cada representação tem apenas um portador; dois homens não têm a mesma representação”. Frege quer aqui dizer que cada indivíduo tem as suas próprias representações, o que vale o mesmo dizer que as representações não podem existir independentemente do seu portador. Aqui, porém, surge uma dificuldade ao se lidar com as representações e a realidade a que elas se referem. Por exemplo: “É aquela tília minha representação?” Ora, ao usar a expressão “aquela tília” quero designar algo que não só eu vejo, mas que outros também podem ver e tocar. No entanto, aqui parecem misturar-se as representações e as coisas representadas. E explica Frege: “Existem aqui duas possibilidades. Se a minha intenção é realizada, se designo algo com a expressão ‘aquela tília’, então o pensamento expresso na frase ‘Aquela tília é minha representação’ dever ser obviamente negado”. Se, porém, apenas penso sem ver realmente, então a designação “aquela tília” é vazia e eu entrei no domínio da ficção, pois “então não são verdadeiros nem o conteúdo da sentença ‘Aquela tília é minha representação’, nem o da sentença ‘Aquela tília não é minha representação, pois em ambos os casos tenho um enunciado para o qual falta o objeto”. Desse modo, a pergunta “Aquela tília é minha representação?” só pode ser negada. Nesse caso, o conteúdo da frase é apenas uma ficção. Tem sentido, mas não um valor de verdade. a sentença “aquela tília é minha representação” é ficcional. Colocando-se sempre na posição de um portador, Frege acrescenta: “Decerto que eu tenho no caso uma representação, mas não é ela que tenho em mente com as palavras ‘aquela tília’. Também poderia ser que alguém com as palavras ‘aquela tília’ quisesse realmente designar uma das suas representações; ele seria então portador daquilo que quisesse designar com as suas palavras; mas então ele não veria aquela tília e nenhum outro homem a veria ou seria o seu portador” (P, p. 193).

Todas essas explicitações surgiram da inclinação em considerar o pensamento como um evento interno da mente ou da consciência. Ora, esse mundo interior é o âmbito das representações. Então volta-se à pergunta: é o pensamento uma representação? Vimos que as representações precisam de um portador e que cada um as tem a seu modo. Ninguém tem, portanto, acesso às representações de outrem. Mas isso poderia valer para o pensamento? Frege toma o exemplo do teorema de Pitágoras. Se o conteúdo desse pensamento pode ser reconhecido não apenas por mim, mas pelos outros, então “ele não pertence ao conteúdo da minha consciência, então eu não sou o seu portador e posso apesar disso reconhecê-lo como verdadeiro”. Ora, se o teorema de Pitágoras não fosse o mesmo pensamento, então cada um teria o seu próprio modo de entendê-lo. E cair-se-ia em absurdos como os de afirmar “meu teorema de Pitágoras”, e “seu teorema de Pitágoras”, ou seja, “o meu pensamento seria o conteúdo da minha consciência, e o seu pensamento o conteúdo da sua. Poderia então o sentido do meu teorema de Pitágoras ser verdadeiro e o do seu ser falso?”. Ora, tornar o pensamento

um conteúdo da minha consciência faria com que as palavras que designam os valores de verdade “verdadeiro” e “falso” também se tornassem conteúdos da consciência. Ora, os conteúdos de uma consciência vinculam-se a um portador que sou eu mesmo. São conteúdos da minha consciência. Posto nesses termos, “verdade ficaria confinada ao conteúdo da minha consciência, e permaneceria dubitável sobre se algo similar realmente ocorreria na consciência dos outros” (P, p. 194).

Mas se cada um se ocupa com os conteúdos da sua consciência, não poderia haver uma ciência sequer que fosse comum a muitos. Se cada um considerasse o pensamento como sua representação, ter-se-ia então apenas a opinião de cada um. E mesmo a conclusão de pensamento não são representações seria apenas uma opinião que só poderia ser contestado por outra opinião. Mas se se pode entender isso, é por que se pode também concluir que “os pensamentos não são nem coisas do mundo exterior, nem representações” (P, p. 195). E então Frege apresenta seu “platonismo”, isto é, de que um terceiro reino objetivo. Nas suas palavras:

Um terceiro reino precisa ser reconhecido. O que a ele pertence assemelha-se, por um lado às representações, por não poder ser percebido pelos sentidos, e por outro lado às coisas, por não precisar de nenhum portador ao qual pertença como conteúdo da consciência. Assim, por exemplo, é o pensamento que proferimos com o teorema de Pitágoras atemporalmente verdadeiro, verdadeiro independentemente de qualquer pessoa o tomar por verdadeiro. Ele não precisa de nenhum portador. Ele não é verdadeiro a partir de quando foi descoberto, assim como um planeta que, mesmo antes que alguém o tivesse observado, já se encontrava em interação com outros planetas (P, p. 195).

A ocorrência do “eu” em sentenças leva a Frege a expor o âmbito do mundo interior, subjetivo ou da consciência, isto é, o âmbito das representações, mas o mundo interior também é feito do mundo exterior, pois as representações dizem respeito aos dados sensíveis.

Frege iniciou seu artigo tentando definir o que, afinal de contas, significa a palavra “verdade” e avançou na resposta invocando o conceito de pensamento. Depois das suas distinções dos três reinos ainda fica em aberto o perguntado. Desse modo, embora tenham sido dadas as dicas mais importantes sobre o tema a questão orientadora “o que é a verdade?” não foi esgotada de modo cabal. E isso significa que socraticamente falando mais importante do que a resposta ainda continua sendo a pergunta. Frege reconhece que na pergunta há um convocação (P, p. 184). Ora, convocação é provocação a tratar de um conteúdo que não é fácil de ser amestrado: a verdade. O método terapêutico de Wittgenstein consistirá em eliminar até mesmo a pergunta pela verdade à medida que ela constitui a base das enfermidades filosóficas. A pergunta que tenta assegurar-se num conteúdo – o que é isto? - surge da ânsia de

generalidade. E enquanto tal passa a ser desconstruída como ilusão gramatical. Os ataques à ontologia fregeana não visam eliminar o mundo platônico do pensamento, ou a oposição entre o interior e o exterior, mas mostrar como esses construtos são ilusões criadas pela incompreensão do efetivo funcionamento da linguagem.

## REFERÊNCIAS

- DUMMETT, Michael. **La verdad y otros enigmas**, Fondo de Cultura Económica, México, 1990
- FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Editora Cultrix. São Paulo, 1978.
- FREGE, G. **O pensamento**, tradução de Cláudio Ferreira da Costa de Der Gedanke – eine logische Untersuchung, in Cadernos de História e Filosofia da ciência, UNICAMP, 1998,
- HEBECHE, Luiz. **O Mundo da Consciência** - ensaio a partir da filosofia da psicologia de Wittgenstein, Porto Alegre: EDIPUC, 2002.
- HEBECHE, Luiz. **Os Paradoxos de Moore**, Revista Manuscrito, Outubro de 1998,
- HEBECHE, Luiz. **Wittgenstein e os nomes próprios**, in Veritas, Porto Alegre, v. 49, nº 193, 2004, p. 93-123.
- KUHLMANN, W., **Reflexive Letsbegründung - Untersuchungen zur Transcendentalpragmatik**, Verlag Karl Alber, Freiburg/München, 1985,
- WITTGENSTEIN, L. **Philosophischen Untersuchungen**, in Werkausgabe, Band 1, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1984,